

Documento do

Grupo Banco Mundial

SOMENTE PARA USO OFICIAL

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS

ESTRATÉGIA DE PARCERIA COM O PAÍS

PARA A

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RELATIVA AO PERÍODO EF24–EF28

14 de março de 2024

Escritório do Brasil

Região da América Latina e do Caribe

International Finance Corporation

América Latina e Caribe

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

Este é um documento de distribuição restrita, que deve ser usado apenas no desempenho de funções oficiais. Seu conteúdo não deve ser divulgado sem a autorização do Grupo Banco Mundial.

A última Estratégia de Parceria com o País para o Brasil foi publicada em 13 de julho de 2017.

CONVERSÃO CAMBIAL

Unidade monetária = Real brasileiro (R\$)

US\$ 1 = R\$ 4,98 (em 14 de março de 2024)

EXERCÍCIO FINANCEIRO

De 1º de janeiro a 31 de dezembro

ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

AEM	Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira — Um Memorando Econômico
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AIMM	Sistema de Medição e Monitoramento de Impactos Previstos
ALC	América Latina e Caribe
Arpa	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
AS	ambiental e social
ASA	serviços de análise e consultoria
AT	assistência técnica
BF	Bolsa Família
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMD	banco multilateral de desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRL	real brasileiro
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe
Capag	capacidade de pagamento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAT	título de catástrofes
CC	carta-consulta
CCB	cobenefício climático
CCDR	relatório sobre clima e desenvolvimento para o país
CDESS	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável
CEIS	Complexo Econômico-Industrial da Saúde
CIF	Fundo de Investimento Climático
CLR	revisão de conclusão e aprendizagem
CO ₂	dióxido de carbono
Cofix	Comissão de Financiamentos Externos

COP	Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2030
Corsan	Companhia Riograndense de Saneamento
Covid	doença de coronavírus
CP	conta própria
CPF	estratégia de parceria com o país
CPS	estratégia de parceria com o país
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DLI	indicador vinculado a desembolsos
DPF	financiamento da políticas de desenvolvimento
DRM	gestão de riscos de desastres
EF	exercício financeiro
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
ESG	ambiental, social e de governança
FCLP	Parceria de Líderes de Florestas e Clima
FF	fundo fiduciário
FIP	Programa de Investimento Florestal
FLP	financiamento de longo prazo
G20	Grupo dos 20
GBM	Grupo Banco Mundial
GCP	Programa de Desafios Globais
GDI	renda que leva a uma discussão sobre graduação
GEE	gás de efeito estufa
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GFP	gestão de finanças públicas
GPP	programa prioritário global
Grid	desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo
HLO	Resultado de Alto Nível
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibre	Instituto Brasileiro de Economia
IED	investimento estrangeiro direto
IEG	grupo de avaliação independente
IFC	International Finance Corporation
IFI	Instituição financeira internacional
IG	Instituto Geológico
IHC	índice de capital humano
IPC	índice de percepção de corrupção
IPCA	índice nacional de preços ao consumidor amplo
IPF	financiamento de projetos de investimento
IVA	imposto sobre valor agregado
KPI	indicador-chave de desempenho
LPF	empréstimo para políticas de desenvolvimento

LPI	índice de desempenho logístico
MAS	Marco Ambiental e Social
MdE	memorando de entendimento
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MPA	abordagem programática multifásica
MPMEs	micro, pequenas e médias empresas
n/a	não aplicável
NAS	normas ambientais e sociais
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
NDC	contribuição nacionalmente determinada
NPC	Programa Natureza, Pessoas e Clima
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	objetivo de desenvolvimento sustentável
OEA	Programa de Operador Econômico Autorizado
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P4R	programa para resultados
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCM	mobilização de capital privado
PI	Povos indígenas
PIB	produto interno bruto
PICTs	povos indígenas e comunidades tradicionais
PLR	revisão de desempenho e aprendizagem
PMEs	pequenas e médias empresas
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPA	plano plurianual
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPP	parceria público-privada
PRM	país de renda média
PRMA	país de renda média alta
PTE	Plano de Transformação Ecológica
RAS	serviços de consultoria reembolsáveis
RBF	financiamento baseado em resultados
REDD	redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal nos países em desenvolvimento
REI	Integração de Energias Renováveis
RETFs	fundos fiduciários executados pelos beneficiários
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
ROC	Comitê de Operações Regionais
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCD	diagnóstico sistemático do país

SUS Sistema Único de Saúde
 TFFF Fundo Floresta Tropical para Sempre
 TIC tecnologia de informação e comunicação
 UE União Europeia
 WSMEs pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres

	BIRD	IFC	MIGA
Vice-presidente:	Carlos Felipe Jaramillo	Alfonso Garcia Mora	Ethiopsis Tafara
Diretor:	Johannes Zutt	Manuel Reyes-Retana	Moritz Nebe (interino)
Gerente nacional:	n/a	Carlos Pinto	n/a
Líderes de equipes:	Sophie Naudeau e Anastassia Alexandrova	Marcos Vaena e Diogo Falchano Bardal	Gianfilippo Carboni

ESTRATÉGIA DE PARCERIA COM O PAÍS (EF24–EF28) PARA A

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	9
II. CONTEXTO DO PAÍS E AGENDA DE DESENVOLVIMENTO.....	12
2.1 Fatores sociopolíticos e institucionais	12
2.2 Desdobramentos econômicos recentes e perspectivas	13
2.3 Pobreza e prosperidade compartilhada num planeta habitável.....	15
2.4 Agenda de desenvolvimento.....	16
III. MARCO DE PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL.....	19
3.1 Programa do governo e estratégia de médio prazo	19
3.2 Proposta do Banco Mundial de Estratégia de Parceria com o País para o Brasil.....	20
3.3 Implementação da Estratégia de Parceria com o País EF24–EF28.....	29
IV. GESTÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA DA CPF.....	37
Quadro 1: Amazônia como motor do desenvolvimento sustentável	18
Quadro 2: Contribuições do GBM para os casos de sucesso do Brasil	23
Quadro 3: Governança melhorada e instituições mais fortes	25
Quadro 4: Maiores oportunidades para afro-brasileiros, indígenas e mulheres.....	28
Quadro 5: Sinergias ampliadas em todo o Grupo Banco Mundial	33
Quadro 6: São necessárias parcerias novas e ousadas para concretizar as ambições desta CPF.	36
Figura 1. Valor agregado por trabalhador nos setores de agricultura, indústria manufatureira e serviços do Brasil e de países comparáveis.	17
Figura 2. HLOs, objetivos e temas transversais da CPF.....	21
Tabela 1: Principais indicadores macroeconômicos e projeções preliminares ao longo do período da CPF	15
Tabela 2: Riscos para o programa da CPF.....	38

Agradecimentos

Esta Estratégia de Parceria do País (CPF) foi elaborada sob a liderança de Sophie Naudeau (gerente de Operações, LCC5C, líder de equipe do BM-CPF), Anastassia Alexandrova (oficial sênior para o país, LCC5C, colíder de equipe do BM), Marcos Vaena (oficial de Estratégia, CCER3, colíder de equipe da IFC), Diogo Bardal (oficial associado de Operações, CASSP, colíder de equipe da IFC) e Gianfilippo Carboni (oficial sênior de Gestão de Riscos, MIGEC, colíder de equipe da MIGA). Além disso, também integraram a equipe central Shireen Mahdi (economista-chefe para o país, ELCDR, BM), Luis Alberto Andres (economista-chefe e líder setorial, ILCDR, BM), Eli Weiss (especialista-chefe em Agricultura e líder de Programa, SLCDR, BM), Pablo Facundo Cuevas (economista-chefe e líder de Programa, HLCDR, BM), Fabiano Silvio Colbano (economista sênior, ELCMU, BM), Luigi Butron Calderon (economista, ELCMU, BM), Gabriel Lara Ibarra (economista sênior, ELCPV, BM), Luciana Harrington (oficial de Estratégia, CASAE, IFC), Adrian Fossaceca (economista, CASAE, IFC), Maria Elisa Dias Diniz Costa (oficial sênior de Relações Institucionais e Imprensa, LCREC, BM), Tania Lettieri (oficial sênior de Operações, LCC5C), Juliana Neves Soares Brescianini (analista de Operações, LCC5C) e Yanny Rocha (assistente de Programa, LCC5A), com contribuições anteriores de Renato Nardello (assessor de Operações, LCROS; e ex-líder de Programa do SLCDR) e Pablo Ariel Acosta (economista-chefe, HSPG; e ex-líder de Programa no HLCDR).

O documento foi produzido sob a orientação geral de Johannes Zutt (diretor do BM para o Brasil, LCC5C), Manuel Reyes-Retana (diretor da IFC, CASDR), Carlos Leiria Pinto (gerente nacional da IFC, CASSP) e Moritz Nikolaus Nebe (gerente setorial da MIGA, MIGEC).

A equipe da CPF deseja agradecer especialmente aos revisores que contribuíram com comentários em vários estágios do processo de elaboração, entre os quais Deborah Wetzel, (consultora e ex-diretora do BM para o Brasil), Martin Raiser (vice-presidente regional, SARVP; e ex-diretor do BM para o Brasil), Paulo de Bolle (diretor, CSODR, IFC), Sergio Gusmão Suchodolski (vice-presidente executivo da VR Investments) e Fernando Andres Blanco (economista-chefe e líder de Programa, EMFTX).

A equipe da CPF também agradece as contribuições das seguintes pessoas para as várias seções do documento, incluindo a CLR: Bruno Perdigão (economista para o Brasil da IFC), João Carneiro (oficial sênior de Investimentos da IFC, CN6L2), Luiz Daniel de Campos (oficial principal de Investimentos da IFC, CM6L3), Maria Seijas (oficial de Investimentos da IFC, CM6L1), Rogério Santos (oficial sênior de Investimentos da IFC, CF6L3), Bernardo Tavares de Almeida (oficial principal de Investimentos da IFC, CTAPL), Olga Calabozo (subscritora sênior da MIGA), Leonardo Bichara Rocha (economista sênior de Agricultura, SLCAG), Adriana Ferrer Martins (consultora, SLCAG), Anna F. Roumani (consultora, SLCAG), Paula Pedreira de Freitas de Oliveira (especialista sênior em Gestão de Recursos Hídricos, SLCWA), Luis Alfonso Alvestegui Justiniano (especialista sênior em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, SLCWA), Juliana Menezes Garrido (especialista sênior em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, SLCWA), Mariana Kaipper Ceratti (oficial associada de Relações Institucionais e Imprensa, ECRLC), Danilo Pereira de Carvalho (especialista sênior em Aquisições, ELCRU), Tiago Falcão Silva, HLCSP), Josefina Posadas (economista-chefe, HLCSP), Julieta M. Trias (economista sênior, HLCSP), Raquel Tsukada (consultora de longo prazo, HLCSP), Tamires Amorim (consultora de curto prazo, HLCSP), Giovanna Pavlovic Quintao (associada profissional júnior, HLCED), Frederico Ferreira Fonse Pedroso (especialista em Gestão de Riscos de Desastres, SLCUR), Jack Campbell (especialista sênior em Gestão de Riscos de Desastres, SLCUR), Hannah Kim (especialista sênior em Ambientes Urbanos, SLCUR), Eirivelthon Lima (economista sênior de Agricultura, SLCAG), Ildo Lautharte (economista sênior, HLCED), Leandro Costa (economista sênior, HLCED), Louisee Cruz (consultora de longo prazo, HLCED), Courtney Price Ivins (especialista sênior em Saúde, HLCHN), Daniela Pena de Lima (oficial sênior de Operações, HLCHN), Roberto Iunes (economista sênior, HHNGE), Flora Fonseca (consultora de longo prazo, HLCHN), Ernani Argolo Checcucci Filho (especialista sênior em Facilitação de Comércio, ETIRI), Gabriel Sensenbrenner (especialista sênior em Setor Financeiro, ELCFN), Georges Bianco Darido (especialista-chefe em Transporte Urbano, ITRGK), Ana Waksberg Guerrini (economista sênior de Transporte, ILCT1), Carlos Bellas Lamas (especialista sênior em Transporte, ILCT1), Tais Fonseca de Medeiros (especialista em Transporte, ILCT1), Rodrigo Bonfim de Andrade (economista, EAWF1), Asta Zviniene (especialista sênior em Proteção Social, HLCSP), Maria Bernadete Ribas Lange (especialista

sênior em Meio Ambiente, SLCEN), Daniela Ziller Arruda Karagiannis (analista de Operações, SLCEN), Tatiana Teles (consultora, GTFDR), Claudia Mayara Tuffani (consultora, ELFCN), Emanuela Monteiro (especialista sênior em Desenvolvimento Urbano, SLCUR), Werner L. Kornexl (especialista sênior em Gestão de Recursos Naturais, SLCEN), Alberto Coelho Gomes Costa (especialista sênior em Desenvolvimento Social, SLCSO), Juliana Paiva (especialista em Desenvolvimento Social, SLCSO), Gabriela Lima de Paula (especialista em Desenvolvimento Social, SLCSO), Gabriela Gerales Bastos (consultora, SLCSO), Marie Caroline Paviot (especialista sênior em Agricultura, SLCAG), Alessandro Legrottaglie (oficial sênior para o país, ECCSC), Anh Thi Quynh Le (oficial de Relações Institucionais e Imprensa), Barbara Farinelli (economista sênior de Agricultura, SLCAG), Damien Matthias Valentin Boucher (analista de Pesquisa, MIGEC), Diego Arias Carballo (gerente de Prática, SLCAG), Michael Geiger (assessor de Economia, OPSCE), David Michaud (gerente de Prática, SLCWA), Yira J. Mascaro (gerente de Prática, ELFCN), Joseph Mubiru Kizito (gerente de Prática, ELCG1), Susana Amaral (especialista sênior em Gestão Financeira), Christos Kostopoulos (economista-chefe, EECM2), Doyle Gallegos (gerente de Programa, IDD07), Paula Restrepo Cadavid (especialista-chefe em Ambientes Urbanos, SLCUR), Maria Paulina Mogollon (gerente, CM6U1), Lourdes Consuelo Linares (especialista-chefe em Governança, ELCG1), Flora Carvalho Oliveira Fonseca (consultora, HLCHN), Carolina Vaira (especialista sênior em Governança, ELCG2), Sadia Afolabi (especialista-sênior em Governança, ELCG2), Guilherme Oliveira Coutinho (consultor, SLCAG), Carlos Rodriguez Castelan (gerente de Prática, ELCPV), Doerte Doemeland (gerente de Prática, ELCMU), Genevieve Connors (gerente de prática, SLCEN), Carina Fichard (oficial sênior de Investimentos, IFC), Christian Borja-Vega (economista sênior, SWAGL), Carlos Antonio Costa (economista sênior de Energia, ILCE1), David N. Sislen (gerente de Prática, SLCUR), Heron Marcos Teixeira Rios (consultor, ELCMU), Gabrielle Lui Santana (consultora, CASSP, IFC), Alessandra Becker Rieper (analista de Operações, CASSP, IFC), Rafael Santos Dantas (consultor, DIME1), Emanuela Monteiro (especialista sênior em Desenvolvimento Urbano, SLCUR), Natasha Pereira Wiedmann (consultora, LCC5C), Casey Elizabeth Reckman (economista sênior, CROCR), Allen Curtis K. Dennis (assessor de Economia, LCRVP), Silmara Moreira da Silva (especialista em Gestão Financeira, ELCG1), Joaquim Diogo Ribeiro Tavares (consultor jurídico, LEGLE), Anh Phuong Luu Dang (assessora da Vice-Presidência, CELVP), Julian Najles (especialista em Desenvolvimento Digital, IDD07), Gustavo Covolan Bozzetti (consultor, ELCG2) e William F. Maloney (economista-chefe, LCRCE).

A equipe gostaria de agradecer aos seguintes colegas do IEG por sua colaboração durante a CLR: Melissa Metz (economista sênior, IEGEC), Sengphet Lattanavong (consultora, IEGEC) e Jeffrey Allen Chelsky (gerente, IEGEC).

Por fim, os autores da CPF gostariam de agradecer a toda a equipe do Brasil por sua participação nas consultas e suas contribuições durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

I. INTRODUÇÃO

1. O Brasil, o maior país de renda média alta (PRMA) na região da América Latina e do Caribe (ALC), aspira a se tornar uma economia verde e inclusiva de alta renda e um líder do Sul Global. Em seu terceiro mandato, o presidente Lula tem enfatizado, repetidamente, o compromisso de seu governo de combater a pobreza e a desigualdade social por meio da criação de mais e melhores empregos; reindustrializar o Brasil, com um setor privado mais verde e inovador; e promover uma gestão ambiental responsável, tendo o clima e a descarbonização como temas transversais. Essas prioridades se enquadram bem no trabalho permanente do Grupo Banco Mundial (GBM) com foco em ajudar o Brasil a desenvolver uma economia mais produtiva, de baixo carbono e resiliente ao clima, que fomente empresas inovadoras e competitivas e que ofereça oportunidades de emprego a todos os brasileiros. Esses objetivos gerais estão ao centro das atividades do Grupo Banco Mundial nas áreas de gestão fiscal; desenvolvimento do setor privado e apoio empresarial; saúde, educação, proteção social e inclusão; comércio, tributação, inovação e infraestrutura; e ação climática. Um progresso significativo na transição rumo a uma economia verde também posicionaria bem o Brasil no cenário global, num momento em que o país preside o G20 (de dezembro de 2023 a novembro de 2024) e o Brics (em 2025) e se prepara para sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Belém, no final de 2025.

2. O Brasil também é um país altamente heterogêneo, onde coexistem realidades de renda baixa e alta e onde reformas incompletas¹ reduzem o potencial de crescimento a um equilíbrio de baixo nível. Grandes bolsões de pobreza persistem em todo o país, e os afro-brasileiros² (metade da população), os indígenas, as mulheres e os jovens enfrentam disparidades econômicas e sociais que limitam sua capacidade de contribuir com todo seu potencial. Ao mesmo tempo, o potencial de aumento da renda e das oportunidades no país é prejudicado pelos elevados custos de transações, pelo protecionismo e por distorções induzidas por políticas que limitam o investimento, a concorrência e a inovação. Desde o ano 2000, vários governos obtiveram certo grau de sucesso na melhoria da posição fiscal do país, evitando grandes desequilíbrios fiscais; melhorando os mercados de fatores (com reformas trabalhistas, previdenciárias e financeiras) e os mercados de produtos (com certa desregulamentação); e modernizando a infraestrutura (principalmente no setores de energia e água). Além disso, um novo arcabouço fiscal e uma reforma tributária foram aprovados em 2023. No entanto, em algumas áreas, como o comércio, a inovação e a regulamentação empresarial, reformas importantes ainda não se materializaram totalmente.

3. Alcançar níveis mais elevados de produtividade e crescimento sustentável continua a ser um desafio fundamental que vem se tornando mais urgente e que exigirá ações mais ousadas. Atualmente, as taxas de pobreza no Brasil são as mesmas de 2014; a elevada desigualdade é estruturalmente persistente; os níveis de capital humano são baixos; e a pandemia da Covid-19 eliminou uma década de progresso alcançado anteriormente. O crescimento da produtividade na indústria manufatureira e nos serviços está estagnado há 20 anos, e as projeções de crescimento permanecem bem abaixo de outros PRMAs³. O setor agrícola registrou ganhos de produtividade (com investimentos em inovação, tecnologia e logística comercial, além de incentivos setoriais fornecidos pelo Estado) e ajudou o Brasil a manter sua posição de terceiro maior exportador de produtos agrícolas e alimentos do mundo. Contudo, parte desse sucesso depende de um modelo de agropecuária extensiva, que constitui uma ameaça para os

importantes biomas e a biodiversidade do país. Em geral, já está claro que o Brasil não pode continuar a depender de *booms* de *commodities* e de mais insumos (na forma de terra e mão de obra) para alcançar o *status* de país de renda alta. Em vez disso, precisa abandonar o modelo atual (acumulação de fatores) e adotar um modelo de crescimento baseado na produtividade e com baixas emissões de carbono, impulsionado por educação de alta qualidade e infraestrutura moderna, inclusive no ambiente digital, para criar mais e melhores empregos. O Brasil também poderia atuar como *hub* global de inovação por meio de mais concorrência, maior abertura ao comércio e integração com cadeias de valor regionais e globais. Um ambiente empresarial mais propício atrairia mais investimentos privados para o setor industrial e a transição climática. Apesar do nível de desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro, são necessários mais avanços para aumentar sua eficiência. Por fim, o Brasil poderia empoderar toda a força de trabalho para que essa possa contribuir e se beneficiar ainda mais, especialmente por meio da redução das barreiras sistêmicas que limitam a acumulação de capital e as oportunidades de emprego entre afro-brasileiros, indígenas, mulheres e jovens.

4. Além disso, os recursos naturais do Brasil colocam o país numa ótima posição para explorar novas oportunidades de crescimento num momento em que o mundo transita para setores e mercados econômicos de baixo carbono. Como três quartos das emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEEs) resultam de mudanças no uso da terra e da agricultura, a interrupção do desmatamento e a transição para uma agricultura de baixo carbono são medidas prioritárias. A Floresta Amazônica está próxima a um ponto de inflexão. Ao ultrapassá-lo, a floresta pode perder a capacidade de gerar chuvas suficientes para garantir a sobrevivência de seu próprio ecossistema e para sustentar a agricultura, a geração de energia hidrelétrica, o abastecimento de água e as indústrias que impulsionaram o crescimento brasileiro, ou os serviços ambientais que fornece à ALC e ao resto do mundo. Os esforços para interromper o desmatamento na Amazônia não podem resultar em mais desmatamento em outros biomas, como o Cerrado, pois eles também são importantes por motivos semelhantes (ver quadro 1). O setor agrícola tem espaço e capacidade para reduzir o desmatamento e expandir o uso da terra de forma inteligente em termos de clima, ao mesmo tempo que aumenta ainda mais sua produtividade. Além disso, dada sua matriz energética de baixo carbono, o Brasil pode descarbonizar os transportes, a indústria e as cidades (“descarbonização profunda”) a um custo líquido muito baixo: cerca de 0,5% do PIB ao ano acima dos custos do modelo atual (*business as usual*), em média, entre agora e 2050⁴. Isso colocaria o Brasil numa ótima posição para integrar suas empresas à economia verde do futuro.

5. Progressos significativos estão ao nosso alcance, mas o fator tempo é algo essencial. O governo atual trouxe consigo uma renovação da vontade política, uma robusta agenda de reformas e ambiciosos programas de desenvolvimento para combater a fome e a desigualdade, promover justiça social, reindustrializar o Brasil e abraçar uma economia mais verde. Ele está empenhado em zelar o desmatamento ilegal no país até 2030. Com isso em mente, lançou um ambicioso Plano de Transformação Ecológica (PTE) para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo que combate as mudanças climáticas. Os objetivos da PTE são aumentar a produtividade e gerar empregos verdes bem remunerados, reduzir a pegada ambiental da economia e promover o desenvolvimento equitativo por meio de uma melhor distribuição de renda e benefícios. Para realizar avanços significativos, serão necessários esforços sustentados e uma forte adesão dos principais atores envolvidos, inclusive no setor privado, de forma que transcenda divisões políticas e ciclos eleitorais. Se forem exitosos, os programas, políticas e reformas adotados agora ajudariam a fortalecer a estrutura produtiva e as inovações

tecnológicas do Brasil no curto prazo, ao mesmo tempo que gerariam bases mais sólidas para o longo prazo.

6. Paralelamente a isso, o Grupo Banco Mundial continua evoluindo para se tornar melhor e maior, com uma nova missão de erradicar a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada num planeta habitável. Um apoio mais ousado ao Brasil, por meio de financiamento, conhecimento, apoio institucional e mobilização de capital privado, é mais que oportuno. As ações serão baseadas na visão e missão ampliadas do Grupo, no novo manual e no aumento da capacidade de financiamento, conforme definiram as Reuniões Anuais de 2023. O Brasil está numa posição privilegiada para se beneficiar dessa transformação por meio de engajamentos do Grupo Banco Mundial que promovem escala e replicabilidade, fortalecem o uso eficaz dos recursos internos, mobilizam mais capital privado, melhoram a provisão de conhecimentos e alavancam parcerias renovadas. O Brasil também tem uma oportunidade única de contribuir para o futuro do planeta, inclusive por meio de bens públicos globais nas áreas de clima e biodiversidade e da mobilização de financiamento verde no contexto da transformação do Grupo Banco Mundial e da agenda mais ampla de reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs). O país está ativamente empenhado nesse sentido, inclusive como parte da sua liderança do G20.

7. A Estratégia de Parceria com o País (CPF) do Brasil para os exercícios financeiros de 2024 a 2028 foi adaptada para maximizar essas oportunidades. A expectativa é que os empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) atinjam, em média, cerca de US\$ 2 bilhões ao ano, e que o financiamento da International Finance Corporation (IFC) exceda US\$ 5 bilhões anuais. As garantias da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) também devem aumentar. A demanda por apoio do GBM é elevada. Com uma carteira de US\$ 7,2 bilhões em novembro de 2023⁵, o Brasil é o maior cliente da IFC, com um mercado de capitais próspero e sofisticado, o que faz do país um laboratório para soluções de financiamento climático e de parcerias público-privadas (PPPs). O financiamento solicitado por entidades subnacionais e pelos ministérios (que articulam a demanda no âmbito do governo federal brasileiro) ao BIRD excede regularmente o volume de garantias federais que a União aloca às instituições financeiras internacionais (IFIs) para permitir a contratação de empréstimos⁶. Essa abordagem “de baixo para cima” da demanda dos clientes por financiamento do BIRD, juntamente com a ampla gama de desafios de desenvolvimento enfrentados pelo país, exige novas abordagens para o planejamento do programa no Brasil e uma articulação mais ousada do trabalho conjunto do Grupo Banco Mundial no sentido de mobilizar capital privado e melhorar os mercados. Embora a demanda dos investidores por garantias da MIGA tenha estado baixa (exposição bruta total de cerca de US\$ 101 milhões em março de 2024), novas oportunidades podem surgir no período desta CPF dados os baixos riscos políticos e os mercados de capitais bem desenvolvidos, especialmente para apoiar bancos públicos e entidades subnacionais. A CPF anterior cobriu os exercícios financeiros de 2018 a 2023, com ajustes importantes feitos na revisão de desempenho e aprendizagem (PLR) de 2022 para tratar dos problemas causados pela pandemia de Covid-19. Esta nova CPF apoiará as prioridades do governo atual, previstas no novo Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e no PTE, e as ambições do setor privado brasileiro de assumir um papel de liderança no cenário global.

8. Esta CPF condiz com a política de graduação do BIRD e reflete a crescente adicionalidade da IFC. O diálogo sobre a renda que leva a uma discussão sobre graduação (GDI) enfatiza o acesso aos mercados financeiros em condições favoráveis e a qualidade e sustentabilidade das instituições no sentido de

promover desenvolvimento econômico e social. As recentes melhoras do Brasil em suas classificações de crédito soberano proporcionam acesso melhorado aos mercados de capitais internacionais. Essa posição é sustentada por seus mercados internos, uma taxa de câmbio flexível e a baixa porcentagem de dívida em moeda estrangeira. Apesar disso, o Brasil enfrenta desafios singulares que retardam seu progresso econômico e social. O programa do GBM para o período desta CPF foi concebido em conformidade com isso. O apoio do BIRD visa sistematicamente a fortalecer as principais instituições sociais e econômicas do Brasil, o que continua a representar uma pauta significativa. A adicionalidade da IFC⁷ está se tornando cada vez mais não financeira, e a MIGA vem se concentrando em operações com alta agregação de valor para os setores público e privado, incluindo aquelas com elevado potencial de inovação e replicabilidade e forte alinhamento com prioridades estratégicas, como o clima, o gênero e a inclusão.

II. CONTEXTO DO PAÍS E AGENDA DE DESENVOLVIMENTO

2.1 Fatores sociopolíticos e institucionais

9. **O Brasil, país com uma população de 203 milhões de pessoas e um PIB real *per capita* de US\$ 8.802 em 2022, progrediu significativamente desde o fim da ditadura militar em 1985.** A Constituição Federal de 1988 definiu os direitos dos cidadãos e das minorias, deu proteção a terras indígenas, destacou as preocupações ambientais, estabeleceu práticas e instituições democráticas fundamentais e protegeu o financiamento de serviços essenciais, como saúde e educação. Nesse contexto, o Brasil avançou muito na alfabetização dos jovens, na prestação de serviços de saúde e no acesso à água potável e à eletricidade. O PIB *per capita* quadruplicou, o que ajudou a gerar empregos. Ao mesmo tempo, o aumento do salário mínimo real⁸ e a introdução do Bolsa Família (BF) em 2003 (o principal programa de transferência de renda do país) reduziram significativamente a pobreza e a desigualdade. A economia brasileira atual é, em grande parte, voltada ao mercado; o regime cambial é flexível; o Banco Central do Brasil (BCB) goza de autonomia; e o setor financeiro é resiliente. A política monetária e fiscal, apesar de reveses ocasionais, amadureceu bastante desde a introdução do Plano Real em 1994, que eliminou a hiperinflação no país. Os processos democráticos do Brasil permanecem robustos e resilientes, embora, ao longo da última década, as persistentes desigualdades, o baixo crescimento econômico e uma série de grandes escândalos de corrupção tenham levado a um aumento da polarização e a grandes tensões.

10. **O Brasil também é um país de grande diversidade, e a discriminação baseada em raça e gênero limita sistematicamente as oportunidades de muitos indivíduos e famílias quebrarem o ciclo intergeracional de pobreza⁹.** O Brasil é um grande Estado federal composto pela União (governo federal), 26 estados (27, se contarmos o Distrito Federal) e mais de 5.500 municípios. A população brasileira vive em múltiplos ecossistemas numa superfície terrestre de 8,5 milhões de quilômetros quadrados (aproximadamente o mesmo tamanho do território continental dos Estados Unidos). As acentuadas diferenças de raça, história, cultura e desenvolvimento industrial se manifestam na forma de muitos “Brasis.” O índice de capital humano (ICH) geral do país revela que as crianças brasileiras nascidas hoje atingirão, quando adultas, apenas 55% da produtividade que teriam se tivessem pleno acesso a serviços de saúde e educação de qualidade. Levando em conta o desemprego na idade adulta, a produtividade cai ainda mais, atingindo 33%, o que significa que 67% dos talentos brasileiros não são aproveitados pela sociedade. Essas perdas têm dimensões geográficas, raciais e de gênero profundamente arraigadas, uma vez que os afro-brasileiros e os indígenas têm menos acesso à educação e a serviços de saúde de boa qualidade que os brasileiros brancos; e as mulheres enfrentam mais discriminação no trabalho, o que

limita seu potencial de renda muito mais que o dos homens. Mesmo antes da Covid, algumas regiões registravam um ICH em torno de 40% (por exemplo, as regiões Norte e Nordeste), semelhante ao que pode ser encontrado na África Subsaariana, ao passo que outras (por exemplo, a região Sudeste, mais rica) tinham um ICH em torno de 70% — compatível com os níveis observados nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

11. Embora o Brasil tenha obtido ganhos institucionais importantes nas últimas décadas, o país ainda enfrenta desafios de governança que podem impedi-lo de alcançar um nível de renda mais elevado¹⁰. O Brasil dispõe de marcos jurídicos nacionais sólidos, instituições competentes, sistemas financeiros estáveis e sofisticados e um sistema administrativo bem estabelecido, especialmente em nível federal. O marco que regula as concessões e a participação do setor privado demonstra robustez, o que contribui para consolidar o *know-how* nacional na estruturação de contratos de PPP. Todavia, o país ainda está entre os 25% mais pobres na maioria das dimensões institucionais quando comparado aos países da OCDE, o que limita sua capacidade de implementar e aplicar políticas complexas em seu vasto território. O setor público expandiu-se nos últimos anos¹¹, em parte devido a uma combinação de compromissos constitucionais de despesas e crescentes demandas sociais. Além disso, o sistema democrático brasileiro engloba cerca de 30 partidos políticos e uma mistura diversificada de distritos eleitorais nos níveis federal, estadual e municipal, o que dificulta a construção de um consenso nacional em torno de reformas fundamentais. No Brasil, o sistema jurídico está ancorado no Estado de Direito e na separação dos poderes, e o marco jurídico de combate à corrupção é robusto. Contudo, na prática, persistem desafios na implementação e aplicação dessas leis. Por exemplo, entre 2022 e 2023, o Brasil perdeu dez posições no índice de percepção da corrupção (IPC)¹², passando do 94º para o 104º lugar entre 180 países. A pontuação do país — apenas 36 pontos — ficou bem abaixo da média da OCDE (66 pontos). O novo PPA para 2024–2027 prevê diversas ações para reforçar o combate à corrupção, com foco em transparência, integridade e segurança pública, inclusive melhorando a gestão pública por meio de auditorias, acesso à informação e medidas corretivas relevantes.

2.2 Desdobramentos econômicos recentes e perspectivas

12. A economia do Brasil tem apresentado volatilidade desde o ano 2000. Os preços favoráveis das *commodities*, os fluxos de capitais e a gestão macroeconômica levaram a um crescimento robusto de cerca de 3,3% ao ano em termos reais durante o período 2001–2014, o que permitiu que o Brasil financiasse importantes programas de proteção social e ajudou a retirar mais de 27 milhões de pessoas da pobreza até 2011. Em 2014, contudo, as quedas nos preços das *commodities*, turbulências políticas e desafios estruturais não resolvidos levaram a economia a uma recessão: no período 2014–2019, a média do crescimento real do PIB foi de –0,3%, atingindo –3,3% em 2020 devido à pandemia da Covid-19. Em 2021, a taxa de desemprego duplicou e superou os 14%. Como resultado, muitos brasileiros vulneráveis se viram desempregados, ou tiveram de recorrer à economia informal. A recuperação pós-Covid começou em 2021, quando o crescimento retornou a 5%, impulsionado por um forte estímulo fiscal, uma campanha bem-sucedida de vacinação contra a Covid, um mercado de *commodities* mais favorável e uma demanda reprimida por serviços. O país cresceu 3% em 2022 e 2,9% em 2023 — impulsionado pela forte produção agrícola, pelas exportações e por transferências fiscais para famílias de baixa renda, que estimularam o consumo interno. A produção deve voltar a cair nos próximos cinco anos, ficando em torno de 2% (ver tabela 1) — abaixo das aspirações do país. A projeção é que a inflação se estabilize em cerca de 3,5% no médio prazo, à medida que as pressões sobre os preços diminuïrem, o que permitirá uma flexibilização gradual da política monetária. Na frente externa, o déficit em conta corrente deve permanecer pouco

acima de 2% do PIB no médio prazo, sendo totalmente financiado por investimentos estrangeiros diretos (IEDs). No entanto, as tarifas aplicadas no Brasil permanecem elevadas, o país é menos aberto ao comércio que seus pares e o ambiente de negócios continua a impor uma série de desafios, o que impede que o Brasil se beneficie plenamente das novas cadeias de valor e das oportunidades de *nearshoring* [estratégia de negócios que envolve a realocação da produção para países vizinhos]. Também são necessários mais investimentos em logística multimodal para aumentar a competitividade das cadeias de valor (no índice de desempenho logístico [LPI] de 2023, o Brasil ficou em 51º lugar entre 139 países, caindo dez posições desde 2010 e ficando atrás da Índia, da China e da África do Sul).

13. Vários desafios estruturais contribuem para esse desempenho irregular. Ao longo da última década, os resultados econômicos beneficiaram-se da acumulação de mão de obra, competências e capital. Contudo, o declínio dos níveis de produtividade durante o mesmo período praticamente eliminou esses ganhos. O setor agrícola alcançou ganhos de produtividade, mas, na indústria manufatureira e nos serviços (que representam 87% do PIB e 90% do emprego), observou-se uma estagnação. Embora ainda haja certo potencial de crescimento por meio da acumulação de capital e de uma maior participação na força de trabalho, será cada vez mais necessário aumentar a produtividade para sustentar esse crescimento, principalmente nos centros urbanos. Isso exigiria que o Brasil adotasse medidas de regulamentação de mercado que agucem a concorrência, aumentem os níveis de investimento e viabilizem a modernização. Mais especificamente, seria necessário reduzir o “Custo Brasil”¹³, promover a inovação e a adoção de tecnologias, atrair capital privado, modernizar a infraestrutura e enriquecer o capital humano por meio de melhorias na qualidade da educação, da saúde e dos serviços sociais¹⁴. Uma maior abertura ao comércio internacional, de forma planejada e faseada, também seria de grande ajuda.

14. A transformação econômica exige que o governo mantenha uma posição fiscal sólida e níveis de dívida sustentáveis. À medida que o crescimento brasileiro se estagnava, as pressões estruturais sobre as despesas (incluindo salários do setor público, pensões e redes de proteção social) inflacionaram os gastos recorrentes, limitaram o campo de atuação das políticas públicas e reduziram a margem para investimentos públicos. Após atingir 86,9% do PIB em 2020, a dívida pública caiu para 74,3% do PIB em 2023 devido a melhorias no saldo fiscal primário e à recuperação da atividade econômica. Ainda assim, a razão entre dívida e PIB no Brasil é superior à de seus pares¹⁵ e só se estabilizaria no médio prazo com a implementação de uma âncora fiscal confiável e de políticas que promovam a eficiência. Por outro lado, a composição da dívida brasileira permanece favorável, com baixa exposição a riscos cambiais e uma parcela pequena em moeda estrangeira. O saldo primário do governo geral deve atingir 0,7% do PIB em 2026, em contraste com o déficit de 2,3% observado em 2023. Como resultado, projeta-se que a dívida pública atinja um pico de 77,7% do PIB em 2027, antes de retornar gradualmente a uma tendência descendente. Essa perspectiva depende do progresso na implementação de medidas que aumentem as receitas e da ausência de choques nas taxas de juros. Do lado das despesas, o risco de aumento dos salários do funcionalismo público, da demanda por transferências sociais e de novos investimentos poderia atrasar ainda mais os ajustes necessários para garantir a sustentabilidade no médio prazo. Outras reformas fiscais estruturais complementares poderiam apoiar a implementação do arcabouço fiscal brasileiro, como, por exemplo, medidas para aumentar a eficiência das despesas públicas e promover finanças públicas sustentáveis em nível subnacional¹⁶.

15. Apesar de o setor bancário brasileiro ser resiliente, com bancos bem capitalizados, com alta liquidez e lucrativos, o país ainda enfrenta muitos desafios. O *spread* do Índice de Títulos de Mercados

Emergentes do Brasil, inferior a 200 pontos-base, está entre os mais baixos da região¹⁷. Apesar do arrocho da política monetária, as taxas de empréstimos improdutivos permanecem próximas à média de longo prazo (cerca de 3%), e a confiança dos investidores se manteve sólida. O sistema bancário brasileiro realizou progressos consideráveis na promoção da inclusão financeira e na ecologização das políticas do setor financeiro, mas, considerando a magnitude da economia, o crédito geral é relativamente baixo (cerca de metade do PIB). Há um forte potencial para aumentar a inclusão financeira, especialmente considerando que quase 44% da população adulta está inadimplente com suas dívidas de consumo devido aos elevados custos dos empréstimos¹⁸. A aplicação de seletividade ao crédito direcionado¹⁹ (linhas de crédito específicas, muitas vezes oferecidas a taxas subsidiadas) ajudaria a atrair o investimento privado e reduziria a volatilidade do mercado, as taxas de juro e as barreiras existentes ao financiamento privado de longo prazo, contribuindo, ao mesmo tempo, para um maior crescimento da produtividade.

Tabela 1: Principais indicadores macroeconômicos e projeções preliminares ao longo do período da CPF

	2021	2022	2023 e	2024 f	2025 f	2026 f	2027 f	2028 f
Real GDP growth, at constant market prices	4.8	3.0	2.9	1.7	2.2	2.0	2.0	2.0
Private Consumption	3.0	4.1	3.1	1.5	2.2	2.0	2.1	2.0
Government Consumption	4.2	2.1	1.7	1.2	1.7	1.7	1.5	1.5
Gross Fixed Capital Investment	12.9	1.1	-3.0	1.7	1.5	1.3	2.0	2.0
Exports, Goods and Services	4.4	5.7	9.1	3.0	3.0	3.0	3.0	3.1
Imports, Goods and Services	13.8	1.0	-1.2	2.0	2.3	2.5	2.6	2.8
Real GDP growth, at constant factor prices	4.5	3.1	3.0	1.7	2.2	2.0	2.0	2.0
Agriculture	0.0	-1.1	15.1	0.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Industry	5.0	1.5	1.6	1.5	1.7	1.7	1.6	1.5
Services	4.9	4.1	2.1	2.0	2.4	2.1	2.0	2.0
Inflation (Consumer Price Index)	8.3	9.3	4.6	3.9	3.7	3.4	3.5	3.5
Current Account Balance (% of GDP)	-2.8	-2.5	-1.3	-1.8	-2.1	-2.3	-2.2	-2.2
Net Foreign Direct Investment Inflow (% of GDP)	1.8	2.1	1.6	2.0	2.2	2.5	2.5	2.5
Fiscal Balance (% of GDP)	-4.2	-4.6	-8.5	-7.1	-5.1	-4.6	-4.2	-3.8
Debt (% of GDP) ^{1/}	77.3	71.7	74.4	77.2	77.3	77.4	77.7	77.5
Primary Balance (% of GDP)	0.7	1.2	-2.3	-0.4	0.4	0.7	1.1	1.2

Fonte: Práticas Globais de Pobreza e Equidade e de Macroeconomia, Comércio e Investimento do Banco Mundial.

Observações: e = estimativa; p = previsão.

1/ Definição do Banco Central do Brasil (metodologia de 2008), que exclui os títulos federais da carteira do BCB e inclui o estoque das operações compromissadas do BCB.

2.3 Pobreza e prosperidade compartilhada num planeta habitável

16. As taxas de pobreza caíram acentuadamente no início do século XXI, mas permaneceram estagnadas durante a última década. A pobreza foi reduzida pela metade entre 2001 e 2012 devido ao crescimento econômico, à maior formalização do trabalho e à expansão das políticas sociais, mas a crise iniciada em 2014 levou à estagnação do crescimento da renda entre os mais pobres, com pouco progresso subsequente. O Brasil implementou um ousado conjunto de medidas emergenciais durante a pandemia da Covid-19 para apoiar a resiliência dos grupos mais vulneráveis, em grande parte por meio da expansão do programa Bolsa Família²⁰, e maiores oportunidades de emprego surgiram como parte da recuperação econômica. A taxa de pobreza, que atingiu um pico de 28,4% em 2021, foi estimada em 24,1% em 2022, um nível equivalente ao de 2014²¹.

17. Com um coeficiente de Gini de 0,518 em 2021, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. A parcela de 1% dos brasileiros mais ricos detém 32,2% da riqueza familiar do país. As desigualdades regionais são marcantes, especialmente entre as regiões mais pobres ao norte e as mais ricas ao sul, mas também dentro das cidades e entre zonas rurais e urbanas. Os avanços do Brasil em termos de aprendizagem, mortalidade infantil, mortalidade materna e acesso à água potável, energia elétrica e qualificações relevantes para o trabalho (especialmente nas áreas de ciências, engenharia e tecnologia) ainda favorecem as famílias mais ricas, o que também reforça a desigualdade. Ademais, há lacunas significativas e persistentes no acesso à atenção primária à saúde, ao saneamento básico, ao financiamento e à propriedade de terras (e à segurança financeira associada a isso). As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, os afro-brasileiros e os indígenas estão sobrerrepresentados entre os excluídos, com piores resultados no mercado de trabalho e disparidades salariais duradouras, mesmo em setores e níveis de qualificações comparáveis. Os aumentos reais do salário mínimo e a introdução de benefícios adicionais para famílias com crianças devem reduzir a pobreza para 22,1% em 2023 (considerando US\$ 6,85²² em PPC de 2017). No entanto, também será necessário acelerar a criação de empregos, realizar investimentos mais profundos em capital humano e oferecer mais oportunidades para grupos desfavorecidos.

18. Qualquer progresso no Brasil pode melhorar a habitabilidade no resto do mundo e vice-versa. Os desafios enfrentados pelo Brasil estão alinhados a seis dos oito desafios globais identificados²³ no Roteiro de Evolução. A agenda de transformação do Brasil está diretamente ligada aos desafios globais de *Adaptação e Mitigação Climáticas, Segurança Hídrica e Acesso à Água e Proteção da Biodiversidade e da Natureza*. As necessidades — e oportunidades — do país relacionadas ao desenvolvimento de uma economia mais competitiva e produtiva estão relacionadas aos desafios globais de *Acesso à Energia e Promoção da Digitalização*. Por fim, o desafio global de *Segurança Alimentar e Nutricional* é condizente com os esforços do Brasil para oferecer assistência aos 70,3 milhões de pessoas que, atualmente, sofrem algum tipo de insegurança alimentar (de moderada a grave). A agenda climática está intimamente inter-relacionada à redução da pobreza e à promoção de prosperidade compartilhada no Brasil (ver seções 1, 2.4, 3.1 e 3.3 para uma análise mais aprofundada).

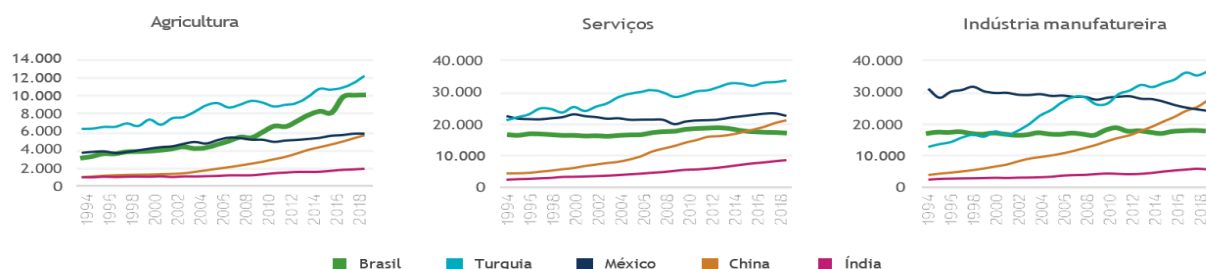
2.4 Agenda de desenvolvimento

19. Para retomar seu progresso rumo ao status de país de renda alta, o Brasil precisa demonstrar um vigor renovado para enfrentar velhos desafios. De acordo com a atualização do SCD de 2023²⁴, é necessária uma atenção renovada e soluções inovadoras para promover um crescimento impulsionado por produtividade, inclusão social, ação climática e disciplina fiscal. Esses desafios estão intimamente inter-relacionados. Em cada uma dessas áreas, será necessária uma reorientação fundamental.

20. Um primeiro desafio importante envolve a criação de oportunidades para todos os brasileiros, com foco no crescimento impulsionado pela produtividade e numa economia competitiva (Produtividade). O principal obstáculo ao aumento da renda no Brasil é a baixa produtividade da economia²⁵. A produtividade total dos fatores caiu 0,8% entre 2014 e 2022, fazendo com que o desempenho do Brasil ficasse significativamente atrás de alguns de seus pares (ver figura 1). A agricultura tem registrado ganhos de produtividade, mas a crescente mecanização do setor resulta numa menor geração de empregos em comparação com o setor dos serviços, que faz um uso mais intensivo de mão de obra e que emprega a maior parte da população amplamente urbanizada do Brasil. Algum crescimento ainda pode ocorrer por meio do aumento dos insumos de capital e trabalho, mas ganhos de produtividade

significativos são essenciais para aumentar e sustentar o crescimento nos setores de indústria manufatureira e serviços. Isto implicaria melhorar o ambiente empresarial, atrair investimento privado, expandir o acesso ao financiamento, qualificar os trabalhadores, promover eficazmente a inovação, modernizar as infraestruturas (especialmente digitais, logísticas e de transportes) e modernizar o regime tributário. O aprofundamento da integração regional e global por meio do comércio e das cadeias de valor globais também seria algo muito útil.

Figura 1. Valor agregado por trabalhador nos setores de agricultura, indústria manufatureira e serviços do Brasil e de países comparáveis.



Fonte: Atualização do SCD de 2023.

21. Um segundo desafio está relacionado ao desenvolvimento de uma estratégia centrada nas pessoas que aumente a capacidade de geração de renda dos mais pobres (*Inclusão*). A capacidade do Brasil de promover oportunidades de renda para todos, sem deixar ninguém para trás, exigirá políticas inclusivas que eliminem as lacunas existentes na acumulação de capital humano, natural, financeiro e de outros tipos. As prioridades incluem medidas para elevar a qualidade da educação e dos serviços de saúde, além de aumentar a resiliência das famílias para enfrentar choques, melhorar o acesso a serviços digitais e regulamentar, de maneira eficaz, a propriedade de terras²⁶.

22. Um terceiro desafio fundamental é a realização do pleno potencial do país como economia sustentável e líder climático global (*Ação Climática*). A matriz energética limpa do Brasil e seu perfil de emissões mais baixas de carbono fazem do país um destino atraente para investimentos verdes. No entanto, o compromisso do Brasil de zerar seu desmatamento líquido e sua maior exposição a riscos naturais exigem esforços renovados e mais amplos para que o país possa avançar rumo a uma economia muito mais verde. Conforme demonstram o Relatório sobre Clima e Desenvolvimento do Brasil (CCDR) e o Memorando Econômico da Amazônia Legal (AEM)²⁷, as prioridades para o enfrentamento desses desafios incluem a promoção da produtividade em toda a economia, a expansão de um modelo agropecuário inteligente em termos de clima, o aumento da resiliência das indústrias e das cidades, a redução (ainda maior) do desmatamento ilegal, a melhoria da gestão dos recursos naturais e a mobilização de financiamento climático. A agenda amazônica — transversal a todas essas áreas — é descrita em mais detalhes no quadro 1²⁸.

Quadro 1: Amazônia como motor do desenvolvimento sustentável

A Amazônia brasileira está ao centro de uma série de desafios locais, nacionais e globais. A região abriga 28 milhões de pessoas, das quais 75% vivem em cidades e cerca de 1 milhão são indígenas de centenas de tribos, cujos saberes e modos de vida tradicionais constituem ativos inestimáveis.

A Floresta Amazônica é o bioma com maior biodiversidade do mundo. Com uma área total de 5,5 milhões de km² (60% da qual se encontra no Brasil), ela corresponde a cerca de metade de todas as florestas pluviais remanescentes no planeta. No entanto, a floresta está cada vez mais próxima a um ponto de inflexão. Ao ultrapassá-lo, pode perder sua capacidade de fornecer importantes serviços ecossistêmicos ao Brasil e ao resto do mundo (estimados em US\$ 317 bilhões anuais). Segundo estimativas preliminares do Grupo Banco Mundial, serão necessários de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões anuais até 2028 para salvar as florestas da região e promover oportunidades econômicas e investimentos inteligentes em termos de natureza para a população amazônica. Contudo, apenas uma fração desse montante está disponível atualmente. A bioeconomia²⁹ oferece perspectivas de meios de subsistência sustentáveis para algumas pessoas e grupos; no entanto, as competências e capacidades limitadas da população aliadas à baixa conectividade física e digital da região continuam a representar barreiras importantes.

Desde o início da década de 1990, o Grupo Banco Mundial tem contribuído para o desenvolvimento da região por meio de sua liderança do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7 — uma iniciativa de múltiplos doadores), suas contribuições significativas para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa — a maior iniciativa de conservação tropical até o momento) e seu apoio à implementação do Código Florestal Brasileiro. No âmbito desta nova CPF, o apoio do Grupo Banco Mundial abrangerá as agendas de produtividade, inclusão e clima com o propósito de ajudar o Brasil a atingir suas metas de desmatamento e a criar estruturas e mecanismos de financiamento que possam resistir a reversões políticas ao longo do tempo e gerar impactos em grande escala.

Os engajamentos do BM no Brasil serão compatíveis com o programa da ALC para a Amazônia, concentrando-se em: (i) *uma Amazônia verde* — salvar os ativos naturais por meio do fortalecimento da gestão florestal, fundiária e hídrica, das áreas protegidas, dos territórios indígenas e da regularização fundiária e ambiental; (ii) *uma Amazônia próspera* — promover oportunidades econômicas inteligentes em termos de natureza, promovendo a bioeconomia e cadeias de valor produtivas e sustentáveis, a agricultura de baixo carbono, a restauração florestal e os empregos urbanos verdes; e (iii) *uma Amazônia habitável* — atender às pessoas, melhorando os serviços rurais de saúde e educação, as infraestruturas básicas e a conectividade e promovendo cidades sustentáveis e resilientes. Os engajamentos de consultoria da IFC nas áreas de edificações verdes e iluminação pública em cidades amazônicas, juntamente com seus crescentes investimentos no uso sustentável da terra, na restauração florestal e na conexão com cadeias de valor sustentáveis, alavancarão investimentos privados adicionais para a região. As soluções de redução de riscos da MIGA também devem ser consideradas como medidas articuladas com o Banco Mundial e a IFC. Além disso, o Grupo Banco Mundial atuará em estreita colaboração com o BID para permitir o financiamento de investimentos na Amazônia e alavancar os títulos da Amazônia³⁰ a fim de financiar investimentos inteligentes em termos de clima e natureza.

23. Um desafio final envolve o financiamento do crescimento do país por meio de gastos mais eficientes, de um sistema fiscal mais progressivo e eficiente e de um marco fiscal sólido. A criação de espaço fiscal num contexto de gastos discricionários limitados não é novidade para o Brasil. No entanto, diversos fatores tornam o financiamento dos investimentos necessários uma prioridade fundamental na

área de políticas públicas, entre os quais as crescentes necessidades fiscais causadas pela Covid-19, a ampliação dos riscos relacionados às mudanças climáticas e o lento progresso na construção de uma economia competitiva. As recentes iniciativas governamentais para aumentar a eficiência dos gastos públicos, harmonizar os impostos entre diferentes fontes de renda, eliminar isenções regressivas e melhorar o mercado de crédito são opções promissoras de políticas para enfrentar esse desafio. Isto também surge paralelamente ao aumento da participação do setor privado na prestação de serviços públicos, o que pode aumentar sua eficiência sem comprometer o acesso e a qualidade.

III. MARCO DE PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL

3.1 Programa do governo e estratégia de médio prazo

24. O PPA 2024–2027 foi aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2023 e já está em fase de implementação. Ele destaca três pilares: (i) *Desenvolvimento social e garantia de direitos*; (ii) *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática*; e (iii) *Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania*. O PPA também propõe cinco agendas transversais: mulheres, povos indígenas, igualdade racial, crianças e adolescentes e meio ambiente. O forte compromisso do PPA com a justiça social, a ação climática e as instituições democráticas é uma marca registrada do governo atual. Isso envolve uma ênfase renovada em temas que já estavam presentes nos mandatos anteriores do presidente Lula entre 2003 e 2010. Além disso, introduz programas novos e ousados (por exemplo, o PTE e seu foco nas energias renováveis) e versões mais ambiciosas de iniciativas anteriores, tais como o terceiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de US\$ 350 bilhões em investimentos relacionados à infraestrutura, sendo um terço proveniente do setor privado; o quinto Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e seus equivalentes em outros biomas (por exemplo, o PPCerrado), cujo propósito é apoiar o controle do desmatamento; um Plano Safra mais ousado, com mais de US\$ 70 bilhões em linhas de crédito para pequenos e grandes agricultores e um foco ampliado na mitigação climática; e uma nova política industrial, com financiamento de US\$ 60 bilhões até 2026.

25. As prioridades de reforma fiscal e estrutural buscam fortalecer as bases macroeconômicas para o crescimento inclusivo, promover uma economia mais produtiva e verde e atrair mais capital privado. Em substituição ao antigo teto de gastos, o Congresso Nacional aprovou, em agosto de 2023, um novo arcabouço fiscal que pretende criar mais espaço para o investimento público, ao mesmo tempo que estabiliza a dívida ao longo do tempo³¹. Em dezembro de 2023, o Congresso também aprovou a tão esperada reforma tributária. O objetivo é simplificar a tributação indireta com a introdução de um sistema de imposto sobre valor agregado (IVA), reduzindo, assim, os custos de conformidade e as distorções causadas pelo sistema atual e, ao mesmo tempo, promovendo a produtividade e o crescimento³². Ao mesmo tempo, o Brasil busca expandir suas relações comerciais com mercados *premium*, inclusive por meio do Mercosul³³, e estabelecer um mercado regulamentado de carbono³⁴ que limite as emissões de GEEs de setores-chave da economia. Avanços adicionais na redução de distorções nos mercados de crédito, inclusive a composição do crédito direcionado no sistema financeiro, serão essenciais para promover um setor privado mais competitivo e uma economia mais produtiva.

26. O Brasil está aproveitando sua presidência do G20 para promover temas-chave tanto em nível nacional quanto global. O lema da presidência brasileira do G20 é “Ajudar a construir um mundo justo e

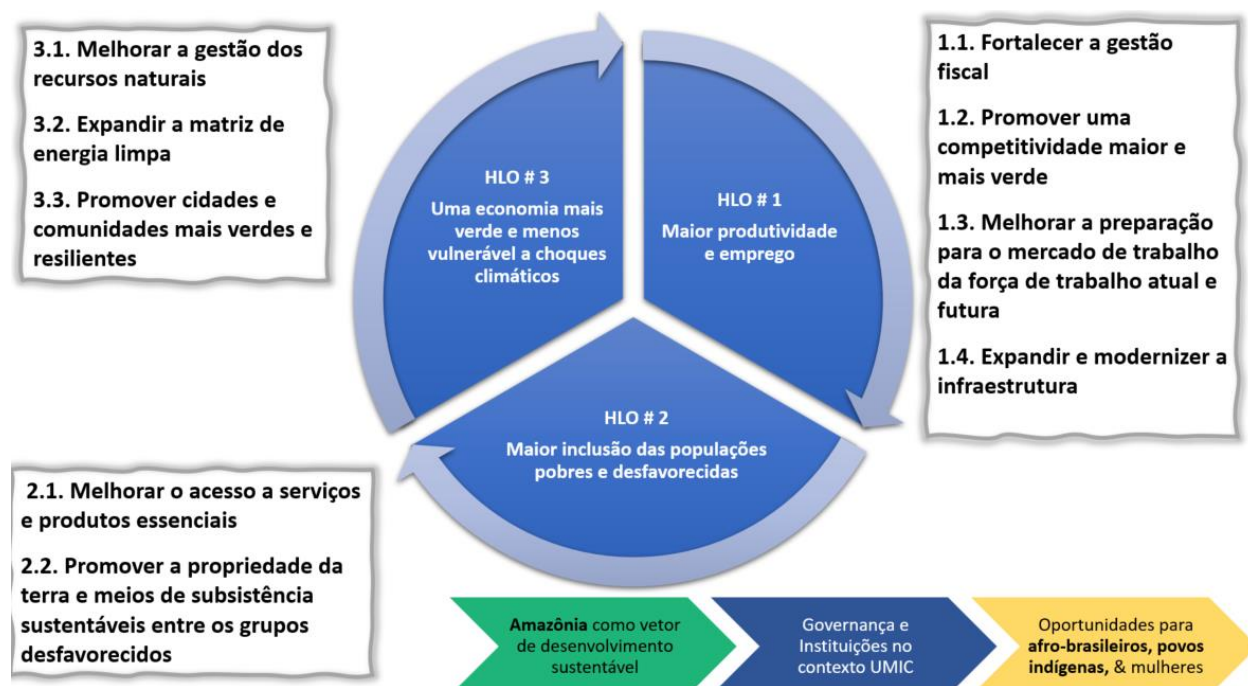
um planeta sustentável”, com três prioridades específicas: (i) *Inclusão social e combate à fome*; (ii) *Desenvolvimento sustentável nas vertentes social, econômica e ambiental*; e (iii) *Reforma da governança internacional*. Essas aspirações refletem a visão do Brasil para um novo paradigma de globalização e abrem oportunidades adicionais para o Grupo Banco Mundial oferecer ajuda com sua experiência global e contribuições *just-in-time*. O governo já está buscando engajamento com o Grupo Banco Mundial em diversas áreas, entre as quais o PTE; um novo grupo de trabalho para criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e acelerar o progresso nos ODS 1 e 2; a economia digital; e a preparação para pandemias. Por meio do Grupo de Líderes de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, o Brasil também está aproveitando sua presidência do G20 para ajudar a desenvolver um roteiro do G20 para um sistema de BMDs melhor, maior e mais eficaz.

3.2 Proposta do Banco Mundial de Estratégia de Parceria com o País para o Brasil

27. O objetivo geral desta CPF é ajudar o Brasil a construir uma economia mais produtiva, mais inclusiva e mais verde durante e após o período do EF24 ao EF28. A CPF está estruturada em torno de três Resultados de Alto Nível (HLOs — *High Level Outcomes*) e nove objetivos (ver figura 2, seção 3.2., e Anexo 1), que são baseados em conquistas anteriores, aproveitam os aprendizados passados e dão ênfase específica às prioridades atuais do governo. Juntos, eles refletem fortemente as novas visão e missão do Grupo Banco Mundial: promovem a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada no Brasil e apoiam avanços na superação de desafios globais de forma a tornar o Brasil e o planeta mais habitáveis. Os temas transversais da CPF referem-se à Amazônia, a instituições e governança e a disparidades raciais e de gênero (ver quadros 1, 3 e 4).

28. O programa foi definido com base nos três filtros-padrão de seletividade da CPF, a saber: (a) prioridades do cliente e demanda por apoio do Grupo Banco Mundial, conforme articulado no PPA e no diálogo contínuo nos níveis federal e subnacional; (b) trajetórias cruciais para alcançar a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada num planeta habitável, conforme identifica a atualização do SCD; e (c) vantagem comparativa do Grupo Banco Mundial, dado seu histórico contínuo de engajamentos de impacto. Os critérios adicionais de seletividade estão relacionados a: (i) alcançar escala e replicabilidade; (ii) aumentar a eficiência dos gastos públicos; e (iii) viabilizar e mobilizar capital privado.

Figura 2. HLOs, objetivos e temas transversais da CPF



Filtro de seletividade 1: Prioridades dos clientes e demanda por apoio do Grupo Banco Mundial

29. A adesão, o comprometimento e a capacidade de absorção dos clientes são determinantes importantes de seletividade do Grupo Banco Mundial no Brasil. Clientes em todo o Brasil valorizam o trabalho do Grupo Banco Mundial graças a suas ideias, inovações, conhecimentos e oferta de financiamento. A qualidade e a robustez do diálogo indicam, de forma consistente, que clientes federais e subnacionais veem o Grupo Banco Mundial como um parceiro neutro que trabalha em prol dos melhores interesses do Brasil, o que consolida uma parceria de longo prazo baseada em confiança, compromissos compartilhados e cooperação pragmática para desenvolver e implementar soluções sustentáveis para enfrentar os desafios mais urgentes para o país. Embora o volume relativo do financiamento do Grupo Banco Mundial permaneça modesto no contexto de uma economia de US\$ 2 trilhões (cerca de 0,4% do PIB) as atividades do GBM costumam gerar impactos excepcionais, ajudando a desenvolver e ampliar reformas institucionais e de políticas públicas, inovações tecnológicas e melhorias na gestão de projetos em áreas-chave de desenvolvimento. Devido a restrições orçamentárias em nível federal, a demanda das entidades subnacionais por empréstimos do BIRD regularmente excede o volume das garantias que a União pode alocar a IFIs para viabilizar a contração de empréstimos. A demanda por instrumentos de dívida, capital, financiamento climático, estruturação de PPPs e serviços de consultoria *upstream* da IFC não está sujeita a esses limites e continua a crescer junto com as ambições do país. Também podem surgir novas oportunidades para que garantias da MIGA venham a acelerar a mobilização de capital privado para entidades subnacionais com foco em clima, gênero e inclusão.

30. Para ampliar os impactos durante o período desta CPF, o Grupo Banco Mundial adaptará ainda mais seu apoio às necessidades e prioridades específicas de cada região. Apoio adicional será direcionado às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que apresentam os maiores desafios e

oportunidades para redução da pobreza e ação climática, inclusive nos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga³⁵. Alguns engajamentos específicos nas regiões Sul e Sudeste buscarão promover inovação, externalidades positivas, maior resiliência às mudanças climáticas e efeitos demonstrativos que possam ser ampliados ou replicados dentro e fora do Brasil³⁶. Os empréstimos em nível federal terão seu foco em questões sistêmicas de relevância nacional (por exemplo, proteção social; reforma da educação; e transformação verde da economia). A IFC continuará a promover a inovação, a produtividade e o crescimento do setor privado brasileiro, ao mesmo tempo que busca oportunidades de inclusão para superar os desafios das populações carentes em todas as regiões. O Grupo Banco Mundial buscará atrair níveis mais elevados de financiamento privado para apoiar as prioridades centrais do governo. Para tal, se baseará na carteira da IFC (que é atualmente a maior do mundo, com um mercado de capitais próspero e sofisticado que o torna um laboratório de soluções para o financiamento climático) e na potencial implantação de soluções de redução de riscos da MIGA.

Filtro de seletividade 2: Redução da pobreza e prosperidade compartilhada num planeta habitável

31. Os principais desafios de desenvolvimento destacados na seção 2.4 surgiram diretamente de um programa analítico robusto (ASAs) concluído nos exercícios financeiros de 2022 e 2023. Esses ASAs influentes incluíram um relatório de revisão de capital humano, uma atualização da avaliação sobre a pobreza, um relatório de avaliação de infraestrutura, o CCDR e o AEM. Os principais achados desses relatórios foram consolidadas em dezembro de 2022 na forma de notas de políticas públicas com foco no diálogo do Grupo Banco Mundial com o então novo governo sobre quatro desafios principais: (i) criar oportunidades por meio de um crescimento impulsionado pela produtividade; (ii) aumentar as capacidades e a inclusão econômica dos pobres para que estejam mais aptos a aproveitar essas oportunidades; (iii) realizar o potencial do Brasil como líder em desenvolvimento verde e favorável ao clima; e (iv) financiar o desenvolvimento de forma sustentável, posicionando as enormes necessidades de crescimento, inclusão e ação climática do Brasil num marco macroeconômico confiável e de políticas fiscais disciplinadas. Juntamente com contínuas ações de assistência técnica, essas notas de políticas públicas e os vigorosos relatórios que as embasam já conseguiram influenciar alguns dos programas emblemáticos e importantes reformas mencionadas acima.

32. A atualização do SCD de 2023 refletiu esse grande conjunto de evidências e se concentrou nas trajetórias cruciais para o Brasil alcançar a redução da pobreza e a prosperidade compartilhada num planeta habitável. O SCD introduziu três HLOs, a saber: (i) aumentar o acesso a oportunidades de emprego de alta qualidade; (ii) melhorar a capacidade de geração de renda das famílias por meio da acumulação e utilização de ativos produtivos; e (iii) reduzir a vulnerabilidade aos choques climáticos. A sustentabilidade fiscal foi analisada de forma transversal, uma vez que desempenha um papel facilitador sistêmico em sua relevância e implicações. Vinte e duas prioridades foram selecionadas nos três HLOs do SCD, com base em seu alto potencial para enfrentar os desafios de desenvolvimento do Brasil. Os HLOs propostos nesta CPF demonstram alinhamento aos HLOs do SCD, mas são mais seletivos.

Filtro de seletividade 3: Vantagem comparativa do Grupo Banco Mundial

O Grupo Banco Mundial continuará a concentrar seus esforços em engajamentos nos quais possa alcançar níveis de influência e impacto que vão além do volume de seu financiamento. O Grupo Banco Mundial tem um histórico robusto de influência e apoio a casos de sucesso no Brasil. O quadro 2 apresenta alguns exemplos da capacidade do Grupo Banco Mundial de alcançar impacto por meio de assistência

técnica, análises, projetos de consultoria e mobilização de recursos de terceiros. Na qualidade de único BMD com atuação global, o Grupo Banco Mundial também funciona como catalisador para o compartilhamento de inovações e aprendizados do Brasil com outros países e vice-versa. Os projetos, reformas de políticas públicas e intervenções no setor privado em diversos estados e municípios brasileiros, inclusive na forma de instrumentos financeiros e adicionalidade não financeira, servem de incubadoras para a expansão, replicação ou adaptação em outras partes do mundo. O Grupo Banco Mundial está bem posicionado para compartilhar experiências e sucessos de outros países com o Brasil, de forma a promover seu potencial como *hub* de inovação e fortalecer suas instituições e governança (o que é fundamental num contexto de superação da GDI).

Quadro 2: Contribuições do GBM para os casos de sucesso do Brasil

A parceria do Brasil com o Grupo Banco Mundial abrange décadas de colaborações inovadoras desde 1949, quando o primeiro empréstimo viabilizou a construção de algumas usinas hidrelétricas que, a partir de então, fizeram do Brasil um dos líderes mundiais em fornecimento de eletricidade de baixo carbono. Ao longo do tempo, o apoio transformacional do Grupo Banco Mundial estendeu-se muito além do âmbito de seu financiamento e abrangeu os três “Ps” inter-relacionados, ou seja, Pessoas, Prosperidade e Planeta:

Pessoas: O apoio do BM influenciou significativamente uma série de programas e intervenções, tais como: (i) o principal programa de transferência condicionada de renda do país, o Bolsa Família, que, desde 2003, já tirou milhões de brasileiros da pobreza e continua a ser uma referência de resposta a crises e transparência; (ii) a abordagem pioneira do estado do Ceará para elevar a qualidade da educação, inclusive por meio de avaliações robustas de aprendizado e financiamento baseado em resultados, o que inspirou outros países e o governo federal brasileiro a seguirem seu exemplo; e (iii) a prestação inclusiva de serviços de saúde de qualidade por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), um dos sistemas de saúde pública mais avançados do mundo. Intervenções complementares da IFC para apoiar operadores privados de saúde ajudaram a garantir o acesso à saúde a preços acessíveis em mercados precários. O BM também ajudou a criar oportunidades sustentáveis para povos indígenas, comunidades tradicionais, afro-brasileiros, mulheres e jovens, com avanços importantes na legislação brasileira — nas áreas de responsabilização social, prevenção da violência e redução das desigualdades raciais e de gênero — que agora podem ser ampliados. A IFC lançou o primeiro título social no Brasil por meio do Banco Itaú, o que vai apoiar soluções financeiras para pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres (WSMEs), com foco adicional em empresas carentes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. .

Prosperidade: O Grupo Banco Mundial apoiou a primeira PPP do Brasil como parte da expansão da Linha 4 do Metrô de São Paulo. Desde então, a IFC e o BIRD têm apoiado um programa substancial de PPPs no Brasil, o qual atraiu pelo menos US\$ 8,5 bilhões em investimentos privados nos últimos dez anos, com modelos de PPP inovadores e impactantes que incluem um ambicioso programa de concessões rodoviárias no estado de São Paulo, projetos de iluminação pública municipal em vários estados e o programa Estradas do Paraná. Esses programas têm melhorado significativamente a mobilidade urbana, a prestação de serviços e o acesso ao mercado. Ao longo dos anos, as análises e a assistência técnica do BM também contribuíram para o avanço de reformas fiscais e estruturais no Brasil, tais como as políticas comerciais; a reforma previdenciária de 2019; o sistema federal de classificação da capacidade de pagamento dos estados (Capag), que ajudou a estabelecer limites subnacionais de endividamento desde 2017; e a recém-aprovada reforma da tributação indireta.

Planeta: Desde a década de 1990, o apoio do BM na região amazônica (ver quadro 1) contribuiu para a demarcação de terras indígenas, com uma área total equivalente ao território da Suécia; a criação de

reservas extrativistas geridas pelas comunidades; uma maior adoção de abordagens de gestão florestal certificada; um fortalecimento institucional significativo nos níveis federal e estadual; e abordagens participativas em centenas de comunidades e organizações da sociedade civil. Em reconhecimento à importância crucial de outros ecossistemas, o BM também tem sido um parceiro importante nos biomas Cerrado e Caatinga, fomentando programas de empréstimos em nível nacional e estadual, bem como atividades de financiamento para apoiar a gestão sustentável da água, a agropecuária, a regularização ambiental, a gestão de recursos naturais e a gestão de paisagens e do uso da terra. Paralelamente a isso, a IFC foi pioneira na criação de instrumentos inovadores de finanças sustentáveis no Brasil, inclusive o primeiro empréstimo vinculado à sustentabilidade para o setor de gestão de resíduos em mercados emergentes; o primeiro empréstimo azul na ALC; o primeiro empréstimo superverde por meio de financiamento vinculado a indicadores ESG; o primeiro título social; o primeiro empréstimo a uma empresa comercial com compromisso de desmatamento zero; e um mecanismo inovador para compartilhamento de riscos cambiais em concessões rodoviárias³⁷. No final de 2023, o Brasil emitiu seu primeiro título soberano de sustentabilidade (um título de sete anos no valor de US\$ 2 bilhões³⁸ com taxa de cupom de 6,5%) no âmbito de um marco articulado com o apoio do Grupo Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que oferece um modelo para emissões soberanas e destrava o potencial para novas formas de PCM e de financiamento sustentável.

Objetivos apoiados pelo Programa do Grupo Banco Mundial

33. O HLO 1 — Maior produtividade e emprego — deve enfrentar desafios relacionados a: (i) fortalecimento da gestão fiscal em todos os níveis do governo³⁹; (ii) aumento da competitividade da economia brasileira; (iii) melhora dos resultados de capital humano, especialmente os resultados da educação dos estratos de renda mais baixa; e (iv) modernização da infraestrutura e redução das disparidades. O progresso em relação a este HLO será acompanhado por meio do monitoramento da produtividade do trabalho, da produtividade total dos fatores e das taxas de emprego. O HLO 1 será apoiado por quatro objetivos:

- **Fortalecer a gestão fiscal (1.1).** Este objetivo apoia esforços para reduzir as restrições fiscais e melhorar a eficiência do setor público, inclusive na prestação de serviços relevantes para o crescimento da produtividade, por meio de DPFs subnacionais e da série de projetos/MPA do Progestão. Os trabalhos analíticos e o diálogo político apoiarão o progresso complementar rumo a uma melhor gestão fiscal em nível federal.

- **Promover uma competitividade maior e mais verde (1.2).** Este objetivo concentra os empréstimos, o conhecimento e a assistência técnica do Grupo Banco Mundial na remoção das principais restrições à competitividade e à produtividade. Ele apoia esforços institucionais e políticas públicas que visem a reduzir o "Custo Brasil" nos níveis federal e subnacional, promover a descarbonização da indústria e atrair investimento privado para a transição climática, inclusive por meio de apoio a MPMEs. Os investimentos e serviços de consultoria *upstream* da IFC, juntamente com a assistência técnica, os produtos analíticos e o apoio político do BIRD, alavancarão capital privado para apoiar este objetivo. A adoção de garantias da MIGA em apoio aos bancos públicos para atividades verdes pode fornecer apoio complementar. Este objetivo contribui diretamente para o enfrentamento do desafio global de adaptação e mitigação climáticas.

- **Melhorar o capital humano (1.3).** Este objetivo apoia os esforços do Brasil para acelerar melhorias no capital humano por meio de intervenções em educação, saúde e proteção social, inclusive no que diz

respeito a competências digitais. A ênfase na alfabetização, na escola em tempo integral e numa assistência social mais robusta serão fundamentais para promover a acumulação de capital humano e a resiliência entre os mais pobres. A melhoria dos serviços de saúde e nutrição, principalmente para melhorar a preparação para pandemias, também faz parte deste objetivo. A IFC apoiará este objetivo por meio do financiamento do ensino superior em benefício das populações mais desfavorecidas, ao mesmo tempo que explora modelos inovadores de PPP para a prestação de serviços de saúde e educação.

- **Expandir e modernizar a infraestrutura (1.4).** Este objetivo se concentra na infraestrutura como importante facilitador da produtividade. A IFC apoiará o compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e a digitalização de produtos, serviços e processos, ao passo que o BIRD se concentrará numa MPA no setor de transportes (que inclui o transporte de massa, inclusive ônibus elétricos, e estradas rurais para aumentar a produtividade agrícola e fortalecer as cadeias de valor) e várias operações subnacionais que promovem a expansão da rede elétrica, a confiabilidade do abastecimento de água para fins produtivos e a melhoria da logística. Consolidando as ações da CPF anterior, o Grupo Banco Mundial fortalecerá ainda mais os marcos de PPPs e apoiará novas PPPs e concessões em todos os setores relacionados à infraestrutura. A MIGA explorará novas oportunidades para reduzir o risco de PPPs de infraestrutura por meio de suas garantias de seguro contra riscos políticos, conforme a demanda do mercado, e apoiará projetos públicos de infraestrutura mediante garantias não honradas. Ambos os Objetivos 1.3 e 1.4 contribuem para o desafio global de *Promoção da Digitalização*.

Quadro 3: Governança melhorada e instituições mais fortes

No período desta nova CPF, o fortalecimento institucional continuará a ser fundamental para apoiar a trajetória do Brasil rumo a um *status* de renda mais alta. Avaliações institucionais sólidas e marcos de M&A serão a norma na fase de concepção para garantir o sucesso da implementação de projetos e para embasar o uso de sistemas nacionais (inclusive em relação à GFP e ao MAS), sempre que possível. As atividades procurarão elevar os padrões técnicos, de supervisão e de transparência.⁴⁰ Aspectos específicos do marco de resultados desta CPF contribuirão diretamente para este objetivo. Eles estão identificados como *IS* (*institutional strengthening*, ou seja, fortalecimento institucional) no Anexo 1, com alguns exemplos ilustrativos, a saber:

- No âmbito do Objetivo 1.1, os engajamentos com entidades subnacionais fortalecerão os sistemas de gestão de investimentos públicos, a capacidade de auditoria interna, funções gerais de gestão fiscal e da dívida e outros mecanismos institucionais que ajudem os estados a alcançar e manter classificações elevadas de capacidade de pagamento (ou seja, Capag A ou B).
- No âmbito do Objetivo 1.2, o Grupo Banco Mundial apoiará boas práticas de negócios ou investimentos nos estados e, ao mesmo tempo, contribuirá para melhoras no ambiente regulatório global de forma a promover uma melhoria da governança e reduzir eventuais distorções de mercado. Engajamentos complementares no âmbito do Objetivo 3.2 apoiarão mudanças de políticas e regras do mercado para melhorar a governança e a eficiência no setor de energia.
- No âmbito do Objetivo 1.4, o Grupo Banco Mundial apoiará melhoras na governança corporativa nos setores de infraestrutura (inclusive como parte de PPPs e mecanismos de concessões para alavancar a participação privada). Em termos gerais, o apoio será baseado em aprendizados passados (por exemplo, sobre a definição dos preços de mercado dos pacotes de aquisições, sobre a necessidade de maior documentação ao reequilibrar contratos, ou sobre a gestão adequada de contratos no longo prazo, inclusive quando as concessionárias se tornarem incapazes de cumprir suas obrigações e precisarem ser

substituídas. Uma melhor governança na gestão dos recursos hídricos também fará parte da agenda de segurança, confiabilidade e disponibilidade de água.

- As atividades no âmbito dos Objetivos 2.1 e 2.2 apoiarão modelos de governança fundiária inclusivos, transparentes e sustentáveis para promover uma maior regularização fundiária de territórios indígenas/tradicionais, assentamentos de reforma agrária e terrenos públicos vagos, entre outros.
- No âmbito do Objetivo 3.1, o apoio aos sistemas de monitoramento do desmatamento no Brasil oferecerá mais transparência e sensibilização sobre a magnitude e as fontes do problema, o que, por sua vez, levará a uma maior responsabilização de várias partes interessadas.
- O fortalecimento institucional para a ação climática e a resiliência climática incluirá, também, o apoio aos sistemas de gestão de riscos de desastres (DRM) em nível subnacional, no âmbito do Objetivo 3.3.

34. O HLO 2 — Maior inclusão das populações pobres e desfavorecidas — concentra-se na redução da desigualdade e na melhoria da situação econômica e social da população mais desfavorecida. O progresso será monitorado principalmente por meio das disparidades de salário e emprego entre vários grupos e do coeficiente de Gini. Dois objetivos apoiam este HLO:

- **Melhorar o acesso a serviços e produtos essenciais (2.1).** Este objetivo ajuda a eliminar as lacunas existentes no acesso a serviços essenciais e a produtos específicos necessários para a prestação desses serviços. O BIRD e a IFC apoiarão a expansão do acesso à água potável e ao saneamento adequado, a serviços de saúde aprimorados e mais resilientes (inclusive por parte de operadores privados) e a produtos de higiene para as populações pobres urbanas e rurais. A IFC também apoiarã o desenvolvimento de iniciativas habitacionais a preços acessíveis, utilizarã seus serviços de consultoria para incentivar o envolvimento comunitário das empresas e apoiarã indústrias criativas, como o turismo verde e sustentável. Além dos investimentos diretos, muitas atividades do BIRD terão seu foco na capacitação institucional relacionada. O Cadastro Único será reforçado para que as redes de proteção social possam aumentar sua eficácia e eficiência na resposta a choques. Dessa forma, este objetivo contribuirã diretamente para a superação dos desafios globais de *Segurança Alimentar e Nutricional* e *Segurança e Acesso à Água*. As garantias da MIGA também podem ser usadas no âmbito deste objetivo, conforme a demanda do mercado.

- **Promover a propriedade da terra e meios de subsistência sustentáveis entre os grupos desfavorecidos (2.2).** Este objetivo apoia o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e lucrativas entre os mais vulneráveis, com especial destaque para a regularização do acesso e propriedade da terra e a expansão do acesso a soluções financeiras. A IFC, o BIRD e a MIGA promoverão a inclusão financeira de microempresas, agricultores familiares, minorias e populações vulneráveis. Soluções para grupos específicos (povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais), tais como cadeias de valor de nicho no setor agrícola e na bioeconomia, serão implementadas por meio de uma combinação de investimentos, inclusive com a mobilização de fundos fiduciários executados pelos beneficiários (RETFs). Como tal, este objetivo contribui indiretamente para o progresso em relação ao desafio global de *Segurança Alimentar e Nutricional*.

35. O HLO 3 — Uma economia mais verde e menos vulnerável a choques climáticos — concentra-se em realizar todo o potencial do Brasil como uma economia mais sustentável, ao mesmo tempo que apoia medidas de mitigação e adaptação em resposta ao impacto das mudanças climáticas nas famílias, na natureza e na infraestrutura do país. Todos os três objetivos do HLO 3 oferecem contribuições diretas no

âmbito do desafio global de *Adaptação e Mitigação Climáticas*. O HLO 3 apoia a implementação das recomendações do CCDR e do AEM por meio de investimentos relacionados à gestão de recursos naturais, soluções inteligentes em termos de clima, maior resiliência das indústrias e cidades e — o mais importante, dado o perfil único de emissões de gases de efeito estufa do Brasil — o fim do desmatamento ilegal. O progresso neste HLO será acompanhado por três indicadores: (i) emissões de gases de efeito estufa, (ii) taxas de desmatamento e (iii) e perdas estimadas resultantes de eventos hidrometeorológicos extremos. Três objetivos contribuem para este HLO:

- **Melhorar a gestão dos recursos naturais (3.1).** Este objetivo apoia uma abordagem holística para desincentivar o desmatamento e promover a proteção, a gestão sustentável e a restauração de ecossistemas naturais e modificados, beneficiando, assim, o bem-estar humano e a biodiversidade. Portanto, este objetivo contribui diretamente para o desafio global de *Proteção da Biodiversidade e da Natureza*. O apoio consultivo e na área de políticas públicas do BIRD e da IFC ajudará a promover políticas e regulamentos que permitam a ecologização das indústrias, da produção agrícola e do setor financeiro; atraiam capital privado; e promovam incentivos para reduzir o desmatamento e apoiar atividades de reflorestamento. O BIRD e a IFC promoverão cadeias de valor mais sustentáveis, com maior rastreabilidade dos produtos finais, soluções baseadas na natureza e inovações inteligentes em termos de clima, atuando em conjunto com a MIGA, quando relevante. A IFC apoiará empresas privadas na implementação de sistemas de rastreabilidade no agronegócio e no manejo florestal e promoverá fundos de reflorestamento, concessões florestais e outros meios para promover o uso sustentável da terra. Paralelamente, uma parte significativa do programa do BIRD será concentrada na gestão de recursos hídricos e na agricultura, com tecnologias e práticas com baixa emissão de carbono que melhorem a produtividade da terra e desencorajem seu uso extensivo, aumentando, ao mesmo tempo, a adaptação climática na agricultura.

- **Expandir a matriz energética limpa (3.2).** Este objetivo eleva a matriz energética brasileira, que já é limpa, a um patamar mais alto. Ele promove uma independência maior e mais sustentável no consumo interno, ao mesmo tempo que aumenta o potencial exportador do Brasil, contribuindo diretamente para o desafio global de *Acesso à Energia*. O Grupo Banco Mundial apoiará as tecnologias mais recentes e uma maior integração das energias renováveis (por exemplo, hidrogênio verde, amônia verde, biocombustíveis, energia solar e energia eólica). Em especial, o hidrogênio limpo é uma solução importante para a descarbonização de setores que não podem ser descarbonizados com o uso da energia elétrica (por exemplo, siderurgia, cimento, refinarias, transporte pesado etc.) e, portanto, um facilitador de extrema importância para a transformação ecológica do Brasil.

- **Promover cidades e comunidades mais verdes e resilientes (3.3).** Este objetivo concentra-se na transformação das áreas urbanas do Brasil e de comunidades menos desenvolvidas dentro delas em áreas de alta produtividade e habitabilidade. Ele apoia a implementação de diversas soluções de adaptação climática que reduzem as disrupções que os riscos naturais impõem à infraestrutura urbana e de transportes do Brasil, gerando, assim, repercussões positivas na competitividade da economia. Os pontos de entrada específicos incluem mecanismos de preparação para desastres (prevenção de inundações, regeneração urbana e proteção contra deslizamentos de terra), seguros parametrizados em eventos climáticos⁴¹ e outras medidas, como a certificação de edificações verdes implementada com financiamento do BIRD e da IFC e apoiada pelo trabalho de consultoria *upstream* da IFC (além de soluções de redução de riscos da MIGA, sempre que viável).

Quadro 4: Maiores oportunidades para afro-brasileiros, indígenas e mulheres

O Brasil tem a maior população afrodescendente fora da África, com os afro-brasileiros representando 56% da população do país. Juntamente com os povos indígenas e as mulheres, eles enfrentam preconceitos históricos e culturais profundamente enraizados. O enfrentamento desses preconceitos é fundamental para a promoção da equidade racial e de gênero, bem como da justiça social e econômica, pois eles privam sistematicamente mais de metade da população de oportunidades essenciais para conduzir vidas produtivas e contribuir para o progresso social e o crescimento econômico do Brasil⁴².

O governo atual criou, pela primeira vez, um Ministério da Igualdade Racial e um Ministério dos Povos Indígenas, dando, assim, atenção e ímpeto renovados para lidar com essas disparidades. Juntamente com o Ministério das Mulheres e o forte apoio do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda⁴³, essas pastas buscam planejar, coordenar e executar políticas para promover maior igualdade racial e de gênero e combater a discriminação.

Esse ímpeto cria uma oportunidade para o Grupo Banco Mundial consolidar seu forte histórico na área de igualdade racial e de gênero (ver quadro 2). As atividades do HLO 2 beneficiam diretamente os afrodescendentes, os povos indígenas e as mulheres que se encontram em situações de pobreza e exclusão, ao passo que as atividades do HLO 1 e do HLO 3 buscam proporcionar maiores oportunidades para todos os brasileiros, independentemente de sua etnia ou gênero, usando metas e indicadores desagregados, sempre que possível, para ajudar a reduzir as lacunas existentes, inclusive por meio de acesso ampliado ao crédito. Por exemplo, os esforços para desenvolver competências no âmbito do Objetivo 1.3 terão um foco explícito na eliminação de disparidades raciais e de gênero, ao passo que a expansão, a modernização e o aumento da confiabilidade e resiliência das infraestruturas digitais e de transportes (ver Objetivos 1.4 e 3.3) permitirão que grupos específicos façam uso mais amplo de suas competências — e desenvolvam novas — por meio da melhor conectividade com empregos, mercados e serviços. No âmbito do Objetivo 3.1, serão envidados esforços para garantir que as mulheres, os afro-brasileiros e os povos indígenas se beneficiem mais da implementação de práticas ambientais sustentáveis por meio do acesso facilitado a tecnologias de agricultura regenerativa, sistemas produtivos de baixo carbono e financiamento verde, entre outros.

36. Esses três HLOs e nove objetivos estão interligados e se reforçam mutuamente; juntos, eles concentram o programa da CPF no enfrentamento dos desafios mais urgentes para o Brasil. O HLO 1 aumenta a capacidade das pessoas de contribuir diretamente para a prosperidade do país e vice-versa. Seu foco é permitir que a economia crie mais e melhores empregos, melhorando, ao mesmo tempo, a preparação da força de trabalho atual e futura para aproveitar oportunidades de emprego por meio da melhoria da saúde, da educação, da resiliência e da conectividade digital das pessoas. O HLO 2 amplifica esses esforços e fortalece o contrato social, ligando as pessoas mais pobres e vulneráveis a serviços e a outros fatores facilitadores de que necessitam para acessar empregos e mercados e para superar as barreiras econômicas e sociais que enfrentam. Nada disso seria possível, tampouco sustentável, sem o foco do HLO 3 na descarbonização dos setores impulsionadores do crescimento (por exemplo, agricultura, água, energia, indústria farmacêutica, transportes e infraestruturas urbanas) e sem uma maior resiliência aos choques climáticos.

37. Os HLOs também contribuem para melhorar a habitabilidade do Brasil, com externalidades positivas para criar um planeta habitável. Segundo o AEM, o aumento da produtividade, especialmente na indústria manufatureira e nos serviços (HLO 1), é fundamental para reduzir as pressões de

desmatamento, transferindo oportunidades para setores não baseados na terra. Logo, isso pode ajudar a proteger a biodiversidade e a natureza, juntamente com as atividades de uso sustentável almejadas no âmbito do HLO 3. A transformação das áreas urbanas brasileiras em motores de crescimento resilientes e de baixo carbono (HLO 3) será complementada por soluções de transporte seguras, confiáveis e verdes, capazes de conectar as pessoas e a economia de forma ambientalmente limpa (HLO 1 e HLO 2). Isso também apoiará a agenda antirracismo, promovendo desenvolvimento nos assentamentos irregulares mais pobres e menos favorecidos das grandes cidades, onde há uma sobre-representação de afro-brasileiros. A integração de pequenos agricultores a cadeias de valor alimentares sustentáveis e competitivas (HLO 3) e o apoio ao turismo sustentável (HLO 2) ajudarão a aumentar a renda das pessoas (HLO 1) e fortalecerão o envolvimento comunitário e as práticas de inclusão social, inclusive entre empresas do setor privado (HLOs 2 e 1). Juntos, os três HLOs pretendem tornar o Brasil um país mais limpo, mais conectado e mais seguro, com oportunidades para todos. Eles contribuem, também, para a superação de seis dos oito desafios globais, conforme as explicações acima, e podem, portanto, fomentar também o progresso global, inclusive no contexto de intercâmbios Sul-Sul⁴⁴.

38. O alinhamento entre objetivos nacionais e aspirações globais vincula organicamente muitos indicadores da CPF ao emergente *scorecard* corporativo do Grupo Banco Mundial (detalhes no Anexo 1). Alguns exemplos são: (i) os indicadores do HLO 3 de emissões de GEEs, da taxa líquida de desmatamento e dos danos causados por eventos climáticos refletem a Área 6 (*Um Planeta mais verde*); (ii) muitos indicadores em nível de objetivo monitoram o número de pessoas com acesso a serviços, infraestruturas e ativos essenciais (por exemplo, água, saneamento, conectividade digital, transporte, educação, redes de segurança ou títulos fundiários), o que se alinha às Áreas 1, 3, 4, 10 e 11⁴⁵; e (iii) as taxas de emprego, os salários e os indicadores de lacunas nos HLO 1 e HLO 2 subsidiam a Área 8, relacionada a empregos.

3.3 Implementação da Estratégia de Parceria com o País EF24–EF28

39. O programa de empréstimos do BIRD para o EF24 e o EF25 está totalmente alinhado às prioridades desta CPF e deve crescer, atingindo cerca de US\$ 2 bilhões ao ano (ver Anexo 4). Após uma desaceleração no exercício financeiro de 2023 devido às eleições gerais de 2022 e às transições políticas em nível federal e estadual, o nível de demanda por financiamento do BIRD com endosso do governo federal aumentou significativamente. Até março de 2024, doze operações no valor de US\$ 1,77 bilhão já haviam sido aprovadas ou negociadas para o exercício financeiro de 2024, e 18 projetos adicionais no valor de US\$ 2,97 bilhões se encontram em fase de preparação, com CCs aprovadas — além de muitas outras operações em fase de análise. A expectativa é que o *pipeline* oriente ainda mais a carteira para as três regiões prioritárias e alcance um equilíbrio entre três tipos de engajamentos: (i) grandes operações com um único mutuário (inclusive em nível federal); (ii) ações programáticas com múltiplos estados (por exemplo, nas áreas de eficiência dos gastos públicos, agricultura inteligente em termos de clima e infraestruturas resilientes) para permitir a replicabilidade e gerar impacto em escala; e (iii) número selecionado de operações independentes menores, adaptadas às necessidades específicas de desenvolvimento, ao espaço fiscal e à capacidade de implementação de estados e municípios onde há uma grande demanda pelas condições de empréstimo competitivas e pelo forte apoio técnico do BIRD. A “multissetorialidade implementável” recomendada na CLR é compatível com a simplificação do Grupo Banco Mundial e já está refletida na concepção dos projetos do *pipeline*.

40. Os investimentos da IFC atingiram US\$ 6,5 bilhões no EF23⁴⁶, o valor anual mais alto para qualquer país na história da IFC. Os engajamentos futuros apoiarão os três HLOs desta nova CPF. Para cada US\$ 1 de recursos próprios investidos, a IFC mobilizou US\$ 2,20 adicionais de outros credores nos últimos dois anos, uma estratégia que continuará a alavancar um impacto ampliado do Grupo Banco Mundial. O financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) canalizado através de bancos privados em moeda local, atualmente no valor de US\$ 2,4 bilhões, crescerá ainda mais para enfrentar um dos principais fatores da estagnação da produtividade brasileira, com parcelas maiores destinadas a empresas chefiadas por mulheres. A infraestrutura, outro gargalo para a produtividade, também é uma prioridade da IFC, com investimentos futuros direcionados a regiões e setores mal atendidos, nos quais o Brasil fica atrás de seus pares (por exemplo, transporte e saneamento). A IFC também apoiará melhorias na qualidade dos serviços e produtos básicos por meio de uma maior participação do setor privado. A IFC manterá sua pegada na prestação de serviços privados de saúde e educação, além de promover novos marcos de PPP para melhorar a eficiência dos serviços públicos e o acesso universal às necessidades básicas. Por fim, a IFC apoiará o Brasil na realização de seu potencial verde por meio de investimentos na restauração de terras degradadas, na ampliação do setor florestal e num modelo de agricultura inteligente em termos de clima. Ela também ajudará a atrair investimentos privados para aproveitar a matriz energética renovável do país (ajudando a criar indústrias de hidrogênio verde, amônia e metanol); descarbonizar setores em que é mais difícil reduzir as emissões; inovar e expandir o uso de biocombustíveis; e integrar as empresas brasileiras a cadeias de valor globais. Cerca de 60% da carteira da IFC no Brasil já é identificada como climática, bem acima da média da região de 46%, e a expectativa é que aumente ainda mais⁴⁷.

41. A exposição em aberto da MIGA no Brasil era de US\$ 101 milhões em março de 2024, relativa a uma garantia soberana não honrada emitida em 2014 para o setor de transportes do estado de São Paulo como parte de um pacote de financiamento conjunto MIGA-BIRD. No futuro, a MIGA aproveitará o BIRD e a IFC para explorar novas oportunidades de abordagens conjuntas, inclusive para replicar a estrutura de São Paulo em escala e, assim, otimizar a mobilização de capital privado. Também serão oferecidas garantias da MIGA em apoio ao financiamento em moeda local, por exemplo, a entidades subsoberanas. As áreas focais incluem financiamento climático, infraestrutura, PPPs, financiamento do comércio, finanças municipais e agricultura sustentável.

42. A agilidade e a flexibilidade continuarão a ser fundamentais para que o Grupo Banco Mundial possa responder com eficácia à demanda. Ao longo da história, a maior parte dos empréstimos do BIRD tem sido dirigida diretamente a entidades subnacionais, que só podem contrair empréstimos quando a União concorda em fornecer ao BIRD uma garantia de pagamento⁴⁸. Essa estrutura é exclusiva do Brasil e envolve vários processos adicionais que fogem ao controle do BIRD, tais como (i) aprovação preliminar do conceito do projeto pelo governo federal (ou carta-consulta — CC) antes que a preparação do projeto possa começar; (ii) aprovação pelo Legislativo local de uma lei autorizando o andamento do projeto; e (iii) múltiplas etapas em nível federal, desde as negociações até a aprovação do Senado — tudo antes de os empréstimos serem assinados. Entre o EF18 e o EF23, o tempo de preparação de um projeto desde a aprovação da CC até a aprovação pelo Conselho do BIRD foi, em média, de 12 meses (em comparação com 24 meses há 15 anos), mas foram necessários 14 meses — em média — para a aprovação do Senado e a assinatura do empréstimo (em comparação com apenas seis meses 15 anos atrás). O governo aumentou recentemente a transparência de seus processos e criou duas novas janelas de financiamento (uma para financiamento sustentável e outra para PPPs), o que pode ajudar a superar alguns desses desafios no futuro. Para a IFC e a MIGA, há um caminho mais simples para fornecer produtos financeiros

(por exemplo, compartilhamento de riscos, investimentos tradicionais em dívida e capital, ou soluções de redução de riscos) para apoiar o crescimento e a expansão do dinâmico setor privado do país. A IFC também pode apoiar empresas públicas e bancos de desenvolvimento para que consigam superar falhas de mercado nos mercados de crédito. As garantias da MIGA podem ser usadas para atrair investimentos estrangeiros para setores prioritários por meio da redução dos riscos de estruturas financeiras. Em termos gerais, dadas as restrições existentes ao acesso a garantias soberanas, o crescimento e o impacto do programa do Grupo Banco Mundial dependerão de sua capacidade de mobilizar capital privado.

43. O Grupo Banco Mundial continuará a buscar formas de ajudar a simplificar, inovar e abrir caminho em áreas transformadoras. No Brasil, não faltam grandes ideias inovadoras, mas pode ser necessário muito trabalho para superar os obstáculos legais e políticos e alcançar algum progresso. No entanto, as recompensas resultantes podem ser imensas. Por exemplo, a IFC foi pioneira no financiamento climático e em instrumentos ligados à sustentabilidade (empréstimos azuis e verdes, ou compromissos para a redução de GEEs), atraindo clientes do setor privado para esses marcos. A IFC também está apoiando inovações revolucionárias, como, por exemplo, ao adquirir debêntures da EcoRodovias para cobrir taxas de concessão num momento de escassez de crédito e ao emitir o primeiro empréstimo azul em apoio à universalização dos serviços de esgotamento sanitário. Por sua vez, o BIRD começou recentemente a trabalhar com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para conceder financiamento climático por meio de seus canais a municípios menores, que o BIRD não consegue alcançar diretamente. O BIRD também está finalizando um projeto integrado de mobilidade urbana com um consórcio de 11 municípios no estado de Santa Catarina, usando mecanismos de pagamento que levam em consideração as diferentes capacidades de pagamento de cada município. Se for bem sucedido, o projeto permitirá investimentos privados em melhorias adicionais na rede de transportes urbanos (inclusive uma travessia do rio bastante necessária). Além disso, o BIRD está alavancando o capital do Banco do Brasil (numa proporção de 3 para 1) para melhorar as ofertas de financiamento climático para clientes empresariais, permitindo ajustes nas taxas de juros com base nas reduções das emissões de GEEs e trabalhando para converter as emissões evitadas de GEEs em créditos potenciais de carbono. Todas as três entidades do Grupo Banco Mundial continuam a buscar novas oportunidades para interagir com novos clientes e beneficiários em maior escala, inclusive trabalhando em estreita colaboração com o governo federal para superar barreiras institucionais à utilização de instrumentos de garantia. Tanto o BIRD quanto a IFC estão cooperando com governos subnacionais e empresas estatais para utilizar PPPs de forma a melhorar a qualidade e a prestação de serviços públicos, o que poderia abrir novas oportunidades para a MIGA. Sempre que possível, o BIRD continuará a expandir o uso de sistemas nacionais de GFP em toda sua carteira e acelerará o uso dos sistemas de salvaguardas brasileiros para requisitos selecionados do MAS.

44. Com base em seu sólido histórico, a IFC, o BIRD e a MIGA aprofundarão sua coordenação logo de início para garantir o sequenciamento e complementaridade ideais entre engajamentos públicos e privados. Já existem muitas oportunidades inovadoras nos segmentos de veículos elétricos, hidrogênio verde, rastreabilidade agrícola e cadeias de valor verdes. Por exemplo, a IFC está desenvolvendo modelos alternativos para financiar concessionárias, empresas de serviços públicos e municípios interessados em substituir suas frotas de ônibus a diesel por veículos elétricos, e o BIRD está ajudando entidades do setor de transportes a superar lacunas regulatórias e a compensar as concessionárias no processo de substituição. Nos segmentos de hidrogênio verde e amônia, o BIRD está financiando adaptações no Porto do Pecém (e possivelmente em outros portos do Nordeste). Isso abre oportunidades para a IFC participar de estudos de viabilidade e financiar patrocinadores privados para instalar usinas de eletrólise de pequena

escala como prova de conceito. Na gestão de ativos públicos, os projetos de DPF do BIRD ajudam as entidades subnacionais a criar um ambiente regulatório mais favorável, ao passo que as operações do Progestão apoiam a melhoria dos sistemas públicos por meio de assistência técnica extensiva⁴⁹. Quando ambos os engajamentos se materializam no mesmo estado, surgem oportunidades para a IFC apoiar entidades privadas interessadas na compra ou aluguel desses ativos, inclusive para a promoção de moradia social ou energia solar. Além disso, a IFC e o BIRD também poderiam expandir ainda mais suas complementaridades na rastreabilidade de produtos agropecuários. Ademais, a IFC pode ajudar os grandes produtores a cumprir integralmente as regras vigentes de maneira a criar cadeias de valor mais verdes e maiores oportunidades comerciais em mercados *premium*, ao passo que o BIRD pode fornecer assistência técnica e financeira específicas (por meio de intermediários) a pequenos produtores que não tenham os meios para obtê-las por conta própria. A MIGA também vem debatendo opções de financiamento com entidades subnacionais para projetos de melhoria de crédito por meio de garantias. Por fim, o BIRD, a IFC e a MIGA planejam desenvolver uma estratégia conjunta específica no setor de água e saneamento.

Operacionalização do novo Manual do GBM no Brasil

45. O Roteiro de Evolução do Grupo Banco Mundial oferece oportunidades tempestivas para o Brasil se beneficiar ainda mais. Graças às transformações em andamento no Grupo Banco Mundial, como a ampliação de sua visão e missão, a introdução de um novo manual e a expansão de sua capacidade de financiamento, esta CPF está prestes a incubar oportunidades melhores, mais ousadas e mais amplas para enfrentar os desafios mais prementes do Brasil. Abordagens complementares para promover avanços em relação a indicadores essenciais, como parte do *scorecard* do Grupo Banco Mundial, em constante evolução, e para alavancar os novos Programas de Desafios Globais (GCPs) são analisadas no Anexo 1. Abordagens mais simples, rápidas e inovadoras para a produção de resultados, juntamente com novas parcerias ousadas necessárias para concretizar os propósitos desta CPF, são analisadas abaixo.

46. Para obter escala e replicabilidade, o Grupo Banco Mundial está agregando subprojetos e ampliando suas intervenções com clientes e entidades específicas (como grandes corporações, instituições financeiras privadas, bancos de desenvolvimento locais e consórcios de municípios⁵⁰) para alcançar mais beneficiários com mais rapidez. Ao fazê-lo, tenta aprender com engajamentos anteriores a fim de aumentar sua eficiência e mitigar eventuais riscos pendentes. Por exemplo, novas abordagens programáticas multifásicas (MPAs) permitirão que vários estados brasileiros incubem e compartilhem soluções inovadoras para desafios comuns (por exemplo, por meio de sistemas de agricultura inteligente em termos de clima e de infraestruturas resilientes, entre outros) e concorram, de forma amigável, para identificar as abordagens mais bem-sucedidas. Isso permitirá às autoridades federais apoiar e racionalizar a expansão dessas iniciativas em nível nacional. Além disso, os engajamentos do BIRD e da IFC com bancos públicos e privados beneficiam-se, agora, de avaliações institucionais mais robustas e se concentram na resolução de falhas claras do mercado (por exemplo, ao aumentar a capacidade das PMEs de tornarem suas cadeias de valor mais ecológicas e de participarem de esforços de rastreabilidade, ou ao apoiar a cadeia de valor do agronegócio para desenvolver a restauração de terras degradadas) com o propósito de evitar distorções financeiras indevidas. Por fim, o Grupo Banco Mundial garantirá maior seletividade em projetos repetidos, financiando apenas aqueles que ofereçam maior adicionalidade ou impacto de desenvolvimento em grande escala.

47. Com uma robusta mobilização de receitas (37% do PIB⁵¹ em 2022), o BM pretende ajudar o governo brasileiro a criar espaço fiscal adicional, alcançando maior eficiência de gastos. A série Progestão — já aprovada em cinco estados e com vários outros em fase de preparação como parte de uma MPA — promove ganhos de eficiência fiscal em setores-chave e funções de todo o governo. Vários DPFs em fase de implementação ou preparação (por exemplo, com o município do Rio de Janeiro e os estados de Sergipe e Alagoas) também contribuem para essa agenda com reformas na gestão das finanças públicas. O BIRD também apoia vários projetos com abordagens de financiamento baseado em resultados (RBF), inclusive dois programas para resultados (P4Rs) em nível federal para melhorar a eficiência e o impacto dos gastos públicos com educação; um P4R sobre a modernização do setor público, em parceria com o estado do Paraná; e vários financiamentos de políticas de investimento (IPFs) com indicadores vinculados a desembolsos (DLIs), por exemplo, para aumentar a eficiência e o impacto dos serviços de assistência social, educação e saúde no município de Salvador.

48. O Grupo Banco Mundial também se esforçará para operar de forma integrada — entre o BIRD, a IFC e a MIGA — para viabilizar as melhores soluções públicas e privadas para o Brasil, inclusive atraindo e mobilizando capital privado (ver detalhes no quadro 5 e na seção relativa a cada HLO). Por exemplo, um investimento histórico da IFC numa grande indústria de papel e celulose mobilizou US\$ 5 por cada US\$ 1 financiado, ao mesmo tempo que propunha soluções para importantes questões ambientais. Um projeto pioneiro do BIRD com um banco nacional de desenvolvimento (Banco do Brasil) como intermediário financeiro expandirá o financiamento vinculado à sustentabilidade para a mitigação climática e deve alavancar US\$ 3 em capital privado para cada US\$ 1 emprestado. Esses exemplos estabelecem precedentes positivos para abordagens semelhantes em matéria de bioeconomia, restauração de florestas e pastagens e aumento da resiliência e sustentabilidade em nível municipal (ver quadro 6). DPFs adicionais financiados pelo BIRD em nível estadual com o objetivo de eliminar os principais gargalos para atrair o setor privado e um programa de consultoria da IFC sobre PPPs como veículo essencial de mobilização de capital privado — ambos baseados nos exemplos de sucesso descritos no quadro 2 — atrairão mais capital privado para projetos essenciais. O programa de PPPs da IFC inclui uma carteira diversificada de 27 transações que poderão gerar até US\$ 30 bilhões em investimentos privados em 11 estados ao longo dos próximos dez anos.

Quadro 5: Sinergias ampliadas em todo o Grupo Banco Mundial

O BIRD, a IFC e a MIGA estão ampliando suas sinergias para alavancar maior financiamento público e privado em apoio às prioridades do Brasil, incluindo os seis eixos do PTE (financiamento sustentável; adensamento tecnológico; bioeconomia; transição energética; economia circular; e nova infraestrutura e adaptação às mudanças climáticas). Alguns exemplos ilustrativos são:

Financiamento relacionado ao clima: A carteira de ativos verdes do Grupo Banco Mundial no sistema financeiro tem espaço para crescer. As equipes de instituições jurídicas e financeiras da IFC estão contribuindo com ideias sobre estruturação, políticas e procedimentos de um fundo de financiamento climático apoiado pelo BIRD a fim de aumentar sua atratividade para investidores privados. O BIRD e a IFC também estão unindo forças para apoiar o Ministério da Fazenda no desenvolvimento e utilização de uma taxonomia de projetos sustentáveis.

Manejo e restauração florestal e agricultura sustentável: O apoio do BIRD às reformas de políticas públicas para acelerar a regularização ambiental e fundiária e para promover um ambiente geral mais favorável cria condições atraentes para investimentos privados na gestão dos recursos naturais, na

restauração florestal e na agricultura sustentável, incluindo a restauração de terras degradadas. Por meio de clientes atuais e potenciais (por exemplo, Amaggi, Suzano e Louis Dreyfus Company), a estratégia *upstream* da IFC oferecerá apoio adicional ao setor privado para ampliar a restauração e o monitoramento da biodiversidade, inclusive para ajudar na identificação de metas de restauração para terras degradadas no Cerrado, na Mata Atlântica e na Amazônia⁵². Há oportunidades adicionais de colaboração em investimentos em agricultura sustentável e cadeias de valor (por exemplo, para o cacau). A MIGA também está debatendo a mobilização de financiamento privado em apoio à agricultura sustentável com uma importante instituição bancária.

Transporte (mobilidade elétrica e rede ferroviária): A IFC e o BIRD participaram de um diálogo conjunto sobre políticas públicas com os municípios de Belo Horizonte e São Paulo relativo à introdução de ônibus elétricos (em fase-piloto) e aos desafios regulatórios relacionados. A expectativa é que isso leve a outros engajamentos semelhantes. A IFC tem um mandato consultivo junto ao governo federal para a estruturação da ferrovia FICO-FIOL, o que é complementar ao apoio do BIRD ao ambiente regulatório do setor ferroviário e abre espaço para a MIGA também apoiar esses engajamentos.

Água e saneamento: Uma transação recente da IFC no setor de água e saneamento (DesenvolveSP) resultou do aumento da coordenação entre as equipes de Infraestrutura e PPPs da IFC e as equipes de Recursos Hídricos do BIRD. A expectativa é que isso abra espaço para outras ações semelhantes, e a MIGA permanece ativamente empenhada na exploração de oportunidades para operações conjuntas.

Edificações verdes e cidades resilientes: A equipe de Desenvolvimento Urbano do BIRD trabalha em coordenação com a estratégia *upstream* da IFC na promoção de mais edificações verdes nas cidades da Amazônia. O governo federal, por meio do Ministério das Cidades, estabeleceu uma série de prioridades nacionais para a criação de *Cidades Resilientes e Sustentáveis*. Estão previstos investimentos para o novo programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*; resiliência a desastres; urbanização de favelas levando os riscos em consideração; saneamento urbano; gestão de resíduos sólidos; e investimentos estruturais para a redução de riscos. Paralelamente, vários bancos brasileiros pretendem financiar investimentos urbanos e de resiliência em nível estadual e municipal por meio de programas expandidos do setor público. Esse contexto em constante evolução proporciona excelentes oportunidades para o Grupo Banco Mundial inovar na área das PPPs e promover um desenvolvimento urbano mais resiliente.

Incorporação de *feedback* e aprendizados

49. A nova CPF referente ao período do EF24–EF28 incorpora lições relevantes da CPF anterior. De acordo com a Revisão de Conclusão e Aprendizagem (CLR) de 2023, apresentada no Anexo 2, as lições mais relevantes para esse próximo engajamento quinquenal referem-se aos seguintes aspectos: (i) necessidade de estratégias diferenciadas para cada região geográfica; (ii) importância de interagir com diversos clientes, explorando, ao mesmo tempo, novos instrumentos e modalidades de financiamento inovadoras para produzir um impacto mais rápido e em maior escala; (iii) calibragem pragmática do marco de resultados da CPF, com metas que estabeleçam um equilíbrio realista entre escala e atribuíbilidade; (iv) necessidade de medidas de mitigação personalizadas e flexibilidade incorporada para superar procedimentos governamentais complexos, inclusive no nexo entre investimentos públicos e privados; e (v) esforços sustentados para reforçar a capacidade dos clientes mediante o uso mais frequente dos sistemas nacionais, sempre que possível.

50. Amplas consultas no âmbito da CPF geraram *insights* e sugestões valiosas de partes interessadas públicas e privadas. Essas consultas (que abrangem o período de junho de 2023 a fevereiro de 2024) envolveram uma vasta gama de partes interessadas internas e externas, incluindo o governo federal; entidades subnacionais; o setor privado; associações empresariais; lideranças jovens e femininas; representantes de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e parceiros bilaterais e multilaterais. A Presidência também apoiou consultas no âmbito da CPF com o Conselho da Federação (composto por representantes regionais que coordenam estratégias subnacionais comuns) e com o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (que reúne representantes de destaque da sociedade civil, ambiente acadêmico, sindicatos e setor privado). A importância de oportunidades de educação e formação de qualidade foi sistematicamente mencionada como uma restrição importante e uma prioridade máxima para o Brasil. Outros temas enfatizados incluíram a importância da transformação digital e da tecnologia acessível para oferecer igualdade de condições; o impacto negativo do "Custo Brasil" para empreendedores (inclusive *startups*) envolvidos em transações rotineiras; a falta de coordenação eficiente entre vários prestadores de serviços públicos no mesmo estado ou município; a elevada correlação entre pobreza, falta de habitação digna e acessível, fome e insegurança alimentar; o impacto generalizado do racismo estrutural no Brasil e, portanto, a necessidade de incluir as disparidades raciais como um tema transversal para garantir que os povos indígenas e os afro-brasileiros possam contribuir com soluções e *know-how*; a importância de priorizar intervenções relacionadas ao clima em biomas inter-relacionados (e não apenas na Floresta Amazônica); e os benefícios de apoiar cadeias de valor inteiras para promover maior sustentabilidade e geração de empregos. A riqueza das consultas resultou num compromisso compartilhado de manter um diálogo durante a implementação da CPF para ajudar a apoiar sua implementação e adaptação ao longo do tempo.

51. Com base em todo o *feedback* recebido, há várias áreas nas quais o Grupo Banco Mundial atuará de forma diferente durante o período do EF24 ao EF28. O Grupo Banco Mundial oferecerá apoio a áreas específicas do setor financeiro do Brasil para promover a modernização das políticas do setor; mobilizar capital; desenvolver novos instrumentos financeiros e emissões de títulos temáticos; expandir o acesso ao financiamento para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e setores desfavorecidos; e redirecionar o setor bancário rumo a práticas mais sustentáveis, especificamente em apoio ao PTE. Ademais, fornecerá apoio limitado ao reforço da capacidade estatística e à gestão das finanças públicas em nível federal para intervenções específicas, dada a capacidade existente nessas áreas. O BIRD não prevê um grande envolvimento na regulamentação das relações trabalhistas (exceto por uma demanda explícita de apoio a uma pesquisa independente sobre os trabalhadores de plataformas digitais). O BM atuará pouco no setor no ensino superior devido à baixa demanda e às regras de financiamento desafiadoras, embora a IFC continue a apoiar as instituições privadas de ensino superior que oferecem opções acessíveis para estudantes oriundos de ambientes desfavorecidos. Em linha com uma recomendação de junho de 2022 do Grupo de Avaliação Independente (IEG) do Grupo Banco Mundial, a IFC manterá o congelamento dos investimentos em escolas privadas de ensino fundamental e médio que cobram mensalidades⁵³. Além disso, a IFC continuará a aplicar sua lista de exclusão, e o Grupo Banco Mundial não investirá nos setores de carvão, petróleo e gás. As atividades da MIGA serão ancoradas na mesma abordagem de seletividade.

52. O Grupo Banco Mundial também será seletivo na forma como pretende implementar a nova série de trabalhos analíticos no Brasil. O BIRD concluiu diversas análises centrais no período EF22–EF23. Durante a primeira metade do governo atual, o foco será a implementação de achados e recomendações importantes para produzir maior impacto em nível nacional e replicar os sucessos de desenvolvimento. A

combinação específica de assistência técnica e estudos continuará a ser priorizada de acordo com a demanda dos clientes (por exemplo, em apoio a reformas estruturais importantes, ao fortalecimento das instituições e à presidência brasileira do G20) e para manter a vantagem de um banco de conhecimentos. Importantes estudos analíticos (por exemplo, o relatório de Revisão do Financiamento Público Verde) ainda estão em curso, mas a expectativa é que sejam lançados menos estudos amplos até o período de 12 a 18 meses antes das próximas eleições gerais⁵⁴. A IFC continuará a alavancar seus serviços de consultoria, inclusive a consultoria *upstream*, quer através do desenvolvimento de novos modelos para financiar autocarros eléctricos, quer apoiando empresas farmacêuticas na internacionalização, quer através da exploração de novos mercados em circularidade, entre outros. Ademais, continuará a fornecer adicionalidade não financeira por meio de conhecimentos globais em áreas como finanças sustentáveis, finanças azuis e boas práticas ambientais e sociais para o setor privado. A MIGA continuará a coordenar suas ações em estreita colaboração com o BIRD e a IFC para aproveitar os conhecimentos mais recentes e aplicar suas soluções de redução de riscos.

53. No futuro, o Grupo Banco Mundial também alavancará parcerias e fontes de financiamento adicionais (tais como investimentos privados, inclusive por meio de mercados de capitais, doações e recursos concessionais) para enfrentar desafios globais. O GBM pretende ampliar seus níveis atuais de assistência técnica, com o apoio de doadores (por exemplo, o Programa de Investimento Florestal [FIP], o Fundo Global para o Meio Ambiente [GEF] e o Fundo de Investimento Climático [CIF], além dos programas Natureza, Pessoas e Clima [NPC] e Integração de Energias Renováveis [REI]) para promover a conservação ambiental em biomas importantes e aumentar a capacidade de implementação para a promoção de desenvolvimento sustentável. Também explorará abordagens para aproveitar parcerias e contribuições significativamente maiores (ver quadro 6). O financiamento concessional adicional no contexto dos seis GCPs do Grupo Banco Mundial ajudaria a incentivar o Brasil a apoiar mais bens públicos globais durante o período desta CPF, incluindo a proteção da Floresta Amazônica e de sua biodiversidade. Como esses recursos provavelmente permanecerão escassos para os PRMAs, o Grupo Banco Mundial apoiará o Brasil na seleção das atividades mais cruciais, como, por exemplo, no contexto do Plano de Transformação Ecológica do país, em que uma infusão de recursos concessionais poderia produzir grandes impactos positivos.

Quadro 6: São necessárias parcerias novas e ousadas para concretizar as ambições desta CPF.

O Grupo Banco Mundial está fortalecendo suas parcerias para contribuir com soluções ambiciosas que ajudem a mudar a vida da população brasileira. O Grupo Banco Mundial e o BID assinaram um memorando de entendimento (MdE) em agosto de 2023 para estabelecer parcerias sobre desenvolvimento sustentável na região amazônica e transformação digital e conectividade, com foco especial na educação. Isso gerará economias de escala e capitalizará a capacidade de mobilização de ambas as instituições para ajudar o Brasil a alcançar metas ambiciosas em termos de desmatamento líquido zero, atividades de bioeconomia e desenvolvimento sustentável na Amazônia, ao mesmo tempo que permitirá um progresso maior na infraestrutura pública digital, na conectividade das escolas e na promoção das competências digitais dos professores. O GBM e o BID também estão explorando novos títulos da Amazônia para capitalizar a nova taxonomia sustentável do Brasil, atrair novos financiamentos para o país e emular abordagens semelhantes em outros países vizinhos. Além disso, a IFC e o BID lançaram a Rede Financeira da Amazônia durante a COP28, juntamente com 24 signatários fundadores, para mobilizar capital, compartilhar conhecimentos sobre soluções de financiamento inovadoras e gerar sinergias com o setor público para gerar oportunidades de emprego por meio de MPMEs na Amazônia.

O BIRD também está atuando em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implementar o Fundo Clima⁵⁵. Além disso, faz parte de um grupo de trabalho com potenciais doadores e países beneficiários, cujo objetivo é determinar a viabilidade e as principais características de um novo Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF). Se viável, o fundo ajudaria a atrair novos investidores (por exemplo, investidores soberanos, fundos soberanos, fundos de pensão) para apoiar a proteção das florestas tropicais no Brasil e em outros países. Uma parceria complementar entre o Grupo Banco Mundial e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) apoiará atualizações do Sistema de Monitoramento da Amazônia, um observatório de alta tecnologia criado para rastrear dados em tempo real sobre cobertura florestal e gestão da água e do fogo⁵⁶.

O Grupo Banco Mundial também está ampliando suas parcerias com bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, consórcios e entidades de pesquisa, inclusive o BNDES, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste (BNB), o Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o propósito de atingir as principais metas de desenvolvimento nacional. Já existem esforços conjuntos para criar uma nova unidade de produção de hidrogênio de baixo carbono, apoiar a energia renovável em todo o Nordeste, melhorar o capital privado e o acesso ao crédito para os pequenos agricultores e a bioeconomia do Brasil e fomentar outras soluções inteligentes em termos de clima, inclusivas e sustentáveis para a agricultura e a resiliência das cidades.

54. Por fim, a plataforma Brasil Aberto⁵⁷, lançada em 2021, continuará a melhorar a comunicação, a transparência e os dados em tempo real no que diz respeito ao desempenho do programa do Grupo Banco Mundial ao longo do período desta nova CPF. A plataforma Brasil Aberto é uma ferramenta interativa *online* que monitora os indicadores da CPF usando plataformas de dados abertos do governo, entre outras fontes. Também aproveita as redes sociais para acompanhar o sentimento público sobre os investimentos, a assistência técnica e as análises do Grupo Banco Mundial nos níveis federal e subnacional. Seu recurso de “supervisão inteligente” apresenta os resultados concretos das ações do GBM.

IV. GESTÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA DA CPF

55. O risco global para o programa da CPF, com base na probabilidade de se atingirem seus objetivos uma vez incorporadas as medidas de mitigação, é classificado como moderado. As bases macroeconômicas melhoraram e os riscos residuais são considerados moderados nesta fase. A evolução dos preços das *commodities* e seu impacto no Brasil ao longo do período desta CPF dependerão da evolução da demanda em meio a uma possível desaceleração global, especialmente da China (o maior parceiro comercial do Brasil), tensões geopolíticas e condições climáticas desfavoráveis. Um progresso mais lento que o esperado rumo a um ajuste fiscal pode atrasar a estabilização da dívida pública e limitar a futura margem de manobra política. Esse risco será monitorado e mitigado no contexto dos riscos gerais políticos e de governança, conforme explicado em mais detalhes a seguir.

56. Duas subcategorias (*Riscos políticos e de governança e Riscos de capacidade institucional de implementação e sustentabilidade*) são classificadas como substanciais. Não está certo se o Brasil terá incentivos, capacidade e apoio suficientes para aproveitar ao máximo a breve janela de oportunidade para realizar avanços reais em relação aos desafios urgentes que enfrenta. Depois de um ano no poder, o

governo desfruta de níveis de confiança relativamente altos entre os brasileiros. Os principais programas do governo e as reformas introduzidas durante esse breve período beneficiaram-se de amplas consultas e foram bem recebidos pelas principais partes interessadas. No entanto, a sociedade brasileira ainda enfrenta divisões profundas, e as próximas eleições (municipais, no final de 2024; e federal e estaduais, no final de 2026) podem afetar o ritmo das reformas e o nível de estabilidade e compromissos necessários para alcançar plenamente os objetivos da CPF até junho de 2028. O Grupo Banco Mundial mitigará esses riscos com ajustes proativos em seu programa sempre que necessário, inclusive envolvendo o setor privado. O risco relacionado à *Capacidade institucional de implementação e sustentabilidade* também é *substancial*, levando em consideração o desvio intencional rumo a maiores investimentos nas regiões Norte e Nordeste, onde as lacunas institucionais permanecem maiores que em outras partes do Brasil. Esse risco será mitigado por meio de um foco sistemático na governança e no fortalecimento das instituições em todos os HLOs e objetivos, conforme descreve mais detalhadamente o quadro 3. O Grupo Banco Mundial continuará a monitorar de perto todos os riscos ao longo do período da CPF, e as medidas de mitigação relevantes serão atualizadas regularmente, inclusive na fase de PLR.

Tabela 2: Riscos para o programa da CPF

Categorias de riscos	Classificação*
1. Riscos políticos e de governança	S
2. Riscos macroeconômicos	M
3. Riscos de estratégias e políticas setoriais	M
4. Riscos de concepção técnica do projeto ou programa	M
5. Riscos de capacidade institucional de implementação e sustentabilidade	S
6. Riscos fiduciários	M
7. Riscos ambientais e sociais	M
8. Riscos de partes interessadas	B
9. Outros riscos	M
CLASSIFICAÇÃO GERAL	M

* A = alto(s); S = substancial(is); M = moderado(s); e B = baixo(s).

Notas

¹ Detalhes adicionais sobre políticas sugeridas podem ser encontrados em Banco Mundial (2022), *Opportunities for All – Brazil Policy Notes 2023*, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/969f34ab-f98d-53c2-8432-5df1db1c7197>.

² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distingue cinco categorias raciais e étnicas em suas pesquisas domiciliares, que adotam o sistema de autodeclaração: preta (geralmente entendida como afrodescendentes de pele escura), parda (geralmente afrodescendentes de pele clara ou pessoas mestiças), indígena, amarela (descendentes de asiáticos) e branca. Nesta CPF, o termo *afro-brasileiro* refere-se conjuntamente a pessoas *pretas* e *pardas*.

³ Ver, por exemplo:

<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects> e

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>.

⁴ Informações detalhadas estão disponíveis em Banco Mundial (2023), *Relatório sobre Clima e Desenvolvimento do Brasil (CCDR)*, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>.

⁵ Exposição da carteira comprometida, incluindo operações e instrumentos sindicados.

-
- ⁶ A Secretaria do Tesouro Nacional divulga o teto anual das garantias federais para empréstimos de IFIs até o final de março de cada ano. Desse envelope anual, os empréstimos do BIRD costumam representar de 20% a 25% das garantias concedidas, e outras IFIs — principalmente o BID, o NDB e a CAF — absorvem o resto.
- ⁷ O conceito de “adicionalidade” capta a premissa de que as contribuições da IFC vão além do que está disponível no mercado e não excluem o setor privado. No período desta CPF, a adicionalidade da IFC terá um foco maior na introdução de indicadores-chave de desempenho (KPIs) ligados à sustentabilidade em seu financiamento privado; no aproveitamento de seus conhecimentos e experiência como instituição de desenvolvimento global e definidora de normas, especialmente no que diz respeito a normas ambientais e sociais (NAS); no apoio a estudos de viabilidade em novos mercados ou novas tecnologias que impulsionem o crescimento das empresas no futuro; na adoção de uma visão de mais longo prazo (em comparação com outros *players* do mercado) e de um papel anticíclico; na ancoragem das transações de mercados de capitais, especialmente em setores onde ainda estão subdesenvolvidas; e na oferta de ajuda aos clientes para que desenvolvam estratégias em segmentos carentes (por exemplo, dimensões de renda, gênero e raça).
- ⁸ Engbom, Niklas; Moser, Christian. 2022. *Earnings Inequality and the Minimum Wage: Evidence from Brazil*. *American Economic Review* 112 (12): 3803–3847.
- ⁹ Para resolver essas questões, o governo lançou 25 ações em 2023 para proteger os direitos e melhorar a desigualdade de gênero, além de outras 13 ações para promover a igualdade racial.
- ¹⁰ Os detalhes resumidos no parágrafo estão disponíveis na atualização do SCD de 2023.
- ¹¹ Conforme detalha a atualização do SCD de 2023, as receitas e despesas do governo geral (GFSM) passaram, respectivamente, de 37,7% e 41,1% do PIB em 2004 para 43,3% e 46,4% do PIB em 2022.
- ¹² O relatório (disponível em <https://www.transparency.org/en/cpi/2023>) ressalta os vínculos entre corrupção e integridade judicial, destacando os desafios enfrentados pelo Brasil no que diz respeito a interferências institucionais, reverses legais e comprometimento dos órgãos de supervisão.
- ¹³ O “Custo Brasil” refere-se aos custos operacionais adicionais associados à realização de negócios no Brasil, que tornam os bens e serviços brasileiros mais caros em comparação com outros países.
- ¹⁴ Detalhes adicionais sobre políticas sugeridas podem ser encontrados em Banco Mundial (2022), *Opportunities for All – Brazil Policy Notes 2023*, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/969f34ab-f98d-53c2-8432-5df1db1c7197>.
- ¹⁵ https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/October/weo-report?c=223,924,233,534,536,273,199,&s=GGXWDG_NGDP,&sy=2021&ev=2028&ssm=0&scsm=1&sc=0&ssd=1&ssc=0&sic=0&sort=country&ds=.&br=1
- ¹⁶ Desde o início de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento tem uma unidade específica (Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos) encarregada de avaliar e melhorar a qualidade das despesas públicas.
- ¹⁷ A classificação de crédito do Brasil é BB (perspectiva estável) segundo a Standard & Poor's; Ba2 (perspectiva estável) segundo a Moody's; e BB (perspectiva estável) segundo a Fitch.
- ¹⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2023-07/default-cases-brazil-record-first-decline-2023>
- ¹⁹ O governo considera que um pouco de crédito direcionado pode ser uma ferramenta útil para promover setores estratégicos considerados vitais para o desenvolvimento econômico de longo prazo e nos quais haja falhas de mercado claras.
- ²⁰ O Bolsa Família, que é, por definição, um programa de transferência condicionada de renda, foi rebatizado Auxílio Emergencial e, em seguida, Auxílio Brasil pelo governo anterior. Em 2023, voltou a assumir seu nome original. Algumas das condicionalidades tiveram de ser suspensas durante a pandemia, mas foram posteriormente restauradas.
- ²¹ O governo adotou uma série de medidas para reduzir a pobreza a partir de 2023, inclusive por meio do programa Bolsa Família, do Plano Brasil Sem Fome e da retomada do Minha Casa, Minha Vida, entre outras.
- ²² Os programas adicionais implementados em 2023 (Brasil Sem Fome; Minha Casa, Minha Vida) podem ter contribuído ainda mais para a redução da pobreza.
- ²³ Os desafios relacionados a *Fragilidades e Conflitos e Prevenção e Preparação para Pandemias* (ou seja, os Desafios Globais (ii) e (iii), respectivamente) não são particularmente relevantes no Brasil em comparação com outros países, embora o Brasil certamente contribua para melhorias globais nessas áreas.
- ²⁴ <https://documentsinternal.worldbank.org/Search/34120723>.
- ²⁵ O Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM) de 2024 sobre o Crescimento Econômico nos Países de Renda Média (ainda não publicado) documenta o papel crucial da produtividade no sentido de permitir que os PRMAs escapem à chamada “armadilha da renda média” mediante um crescimento sustentado ao longo do tempo. O Brasil não é exceção a essa regra. O

país não alcançará o *status* de país de renda alta sem um crescimento maior liderado pela produtividade, e os fortes compromissos do país de combate à fome e à desigualdade social e os investimentos em adaptação e mitigação climáticas serão difíceis de financiar sem os recursos adicionais que um crescimento maior ajudaria a gerar.

²⁶ Série de políticas lançadas ou reativadas pelo governo federal desde 2023, inclusive por meio do Bolsa Família; do programa Mais Médicos; de aumentos do salário mínimo; do programa Escola em Tempo Integral; e do Programa Pé-de-Meia (que oferece uma conta-poupança a alunos do ensino médio com o propósito de reduzir as taxas de abandono e evasão escolar).

²⁷ Ver, por exemplo, as seguintes publicações do Banco Mundial (2023): Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira — Um Memorando Econômico (AEM) em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/26dc1f44-f50e-4a71-b4b6-b5dc143f5dfb>; e Relatório sobre Clima e Desenvolvimento do Brasil (CCDR Brasil) em <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>.

²⁸ Embora o quadro 1 se concentre na Amazônia, o GBM também apoiará outros biomas (como o Cerrado e a Caatinga), conforme descrito mais detalhadamente no quadro 2 e nos Objetivos 3.1 e 3.3.

²⁹ Diversas definições de bioeconomia — algumas mais restritas e outras mais amplas — são utilizadas no Brasil e no mundo. O Grupo de Trabalho de Bioeconomia G20 pretende chegar a um consenso sobre uma definição unificada. Para os fins deste relatório, a bioeconomia consiste em cadeias de valor inteligentes em termos de florestas, tais como a produção madeireira, a produção florestal não madeireira, a produção agroflorestal, a agricultura sustentável e a restauração de pastagens. Ela é capaz de gerar empregos e elevar os padrões de vida da população, simultaneamente protegendo e restaurando os ecossistemas. A promoção da bioeconomia está alinhada às recentes Declaração dos Chefes de Estado e Declaração da Coalizão Verde dos Bancos de Desenvolvimento (ambas assinadas durante a Cúpula da Amazônia em Belém, em agosto de 2023) e ao Memorando de Entendimento GBM-BID assinado em 31 de agosto de 2023.

³⁰ O Banco Mundial e o BID concordaram em desenvolver e implantar títulos da Amazônia para apoiar o financiamento de um programa regional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Inicialmente, isso incluirá o Brasil, a Colômbia, o Equador e o Peru como emissores. A proposta trabalhará no lado da demanda por financiamento dos mercados de capital, apoiando os emissores de títulos da Amazônia, desenvolvendo a emissão necessária de títulos e monitorando as capacidades institucionais; no lado da oferta de financiamento, interagindo com os investidores; e no lado regulatório, com organismos de normalização internacionais e órgãos reguladores dos mercados de capital locais.

³¹ O novo arcabouço permite ao governo aumentar a despesa numa faixa de 0,6% a 2,5% acima da inflação, mas apenas dentro dos limites de 70% do crescimento da receita.

³² O Grupo Banco Mundial apoiou essa reforma com assistência técnica (AT) e análises com o objetivo de reduzir a regressividade do sistema. Ver Lara Ibarra, Gabriel; Rubião, Rafael M.; Fleury, Eduardo (2021), *Indirect Tax Incidence in Brazil: Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms*. Policy Research Working Papers No. 9891.

³³ O Mercosul assinou um acordo de livre comércio com Singapura e está em negociações com a União Europeia (UE), a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e o Canadá.

³⁴ Estão atualmente em discussão projetos de lei (PL 528, PL412 e PL 2148) para criar sistemas nacionais de contabilidade e comércio de carbono, começando pelas emissões industriais e de energia (o setor agrícola ainda não está incluído). Graças ao apoio *just-in-time* da PMI, o Banco Mundial está atualmente apoiando o Ministério da Fazenda do Brasil no desenvolvimento dos alicerces para a implementação de um sistema de comércio de emissões (SCE) no país, especificamente na forma de um roteiro prático para a implementação do SCE.

³⁵ Conforme os detalhes apresentados no Anexo 4, esse apoio inclui novos projetos nos estados do Acre, Tocantins, Mato Grosso, Ceará, Pará, Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

³⁶ Alguns exemplos disso são novos engajamentos do BIRD com os municípios do Rio de Janeiro e São Paulo e com os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina.

³⁷ Idealizado pela IFC em conjunto com o estado de São Paulo, o mecanismo foi incorporado às concessões rodoviárias do estado desde 2017 e, recentemente, passou a ser replicado também nas concessões rodoviárias federais. O mecanismo permite à concessionária deduzir do componente variável das parcelas dos bônus de subscrição os impactos adversos da variação cambial em relação ao valor principal da dívida em moeda estrangeira.

³⁸ A oferta inicial foi de US\$ 1 bilhão, mas a alta demanda dos investidores (próxima a US\$ 6 bilhões) levou o governo brasileiro a elevar a oferta para US\$ 2 bilhões.

³⁹ O BIRD continuará a buscar, em parceria com o governo federal, formas de permitir que os mutuários subnacionais exerçam as opções de gestão de riscos incorporadas aos empréstimos do BIRD (tais como conversões cambiais e fixações de taxas de juros). Essas características podem ajudar os estados, municípios e empresas públicas a proteger seus orçamentos contra choques financeiros e a melhorar sua resiliência financeira.

-
- ⁴⁰ Os riscos fiduciários são avaliados como *moderados*. O BM continuará a garantir que haja mecanismos fiduciários robustos na fase de elaboração de projetos e que esses permaneçam adequados durante toda a implementação dos projetos. O BM também realizará atividades de formação e capacitação, incluindo a opção de uma plataforma de aprendizagem virtual (*e-Learning*). Estas atividades serão concebidas para garantir que o pessoal envolvido disponha das competências e conhecimentos necessários para gerir eficazmente os recursos do projeto.
- ⁴¹ Sempre que possível, o BIRD também procurará identificar oportunidades para a adoção de outras soluções financeiras para lidar com o financiamento dos riscos de desastres, tais como títulos de catástrofes, opções de saque diferido para catástrofes (CAT DDOs) e o recém-aprovado financiamento de projetos de investimento com opção de saque diferido (IPF DDO).
- ⁴² Em 2023, pela primeira vez na história do Brasil, o Censo incluiu a população quilombola e todas as aldeias indígenas em nível nacional: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/censo-do-ibge-revela-que-ha-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-7-mil-municipios-de-todo-o-pais#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022%2C%20do,quilombolas%20est%C3%A3o%20em%201.696%20muni;https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>.
- ⁴³ Um novo memorando de entendimento entre o Banco Mundial e o Ministério do Planejamento prevê colaborações reforçadas para promover uma maior equidade de gênero em nível federal e subnacional. Uma perspectiva específica de gênero também será aplicada aos novos programas de capacitação apoiados pelo BM, atualmente sendo debatidos com a Secretaria do Tesouro Nacional.
- ⁴⁴ O BIRD apoia trocas de conhecimentos Sul-Sul no Brasil, facilitando o intercâmbio de informações, tecnologias, experiências, habilidades e recursos entre governos, organizações e indivíduos em países em desenvolvimento e promovendo a aprendizagem a partir de experiências práticas de terceiros com desafios semelhantes.
- ⁴⁵ Área 1: Inclusão dos mais pobres; Área 3: Erradicação da pobreza de aprendizagem; Área 4: Vidas mais saudáveis; Área 10: Alimentação sustentável para todos; e Área 11: Comunidades conectadas.
- ⁴⁶ Compromissos totais, incluindo financiamento de longo e curto prazos e mobilização de capital privado.
- ⁴⁷ Os cobenefícios climáticos (CCBs) do BIRD também atingiram um nível recorde (87%) no Brasil no EF23, e a expectativa é que excedam sistematicamente os compromissos empresariais no período desta nova CPF.
- ⁴⁸ Todos os outros comparadores relevantes, independentemente de o sistema ser provincial (por exemplo, a Argentina), unitário com províncias (por exemplo, a China e a Indonésia), ou federativo com estados (por exemplo, a Índia e a Nigéria) optaram, até agora, apenas por empréstimos soberanos e, posteriormente, por repasses a entidades subsoberanas.
- ⁴⁹ O programa Progestão visa a melhorar a eficiência da gestão dos recursos públicos, melhorando a sustentabilidade fiscal a longo prazo, implementando reformas administrativas, melhorando a gestão de ativos e dívidas e racionalizando os gastos públicos em departamentos específicos dos governos estaduais.
- ⁵⁰ Novos engajamentos com pequenos municípios beneficiam-se de uma Resolução de 2018 que autoriza os consórcios a contrair empréstimos de IFIs, cabendo aos municípios maiores e mais sólidos do ponto de vista fiscal dentro de cada consórcio arcar com os custos do empréstimo, com garantias da União.
- ⁵¹ Cálculos do BM com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/estatisticas-fiscais-do-governo-geral/2021/22>). Vale destacar que esse número é menor (33,7% do PIB; <https://www.poder360.com.br/economia/tributos-sobre-o-consumo-dominam-arrecadacao-no-brasil/>) quando se consideram apenas as receitas fiscais e contribuições sociais, sem transferências e doações e outras receitas (por exemplo, rendimentos de capital, receitas de juros, dividendos e concessões).
- ⁵² A IFC, em sua função de priorizar intervenções relacionadas ao clima em vários biomas (e não apenas na Floresta Amazônica), reconhece os benefícios de apoiar cadeias de valor para promover maior sustentabilidade e geração de emprego nessas áreas. A estratégia da IFC no bioma Caatinga inclui o apoio à inclusão econômica sustentável de pequenos agricultores e MPMEs, garantindo, ao mesmo tempo, a gestão sustentável dos recursos naturais do bioma.
- ⁵³ Em nível global, a IFC não investe no ensino básico; em vez disso, o foco estratégico da IFC no setor da educação é o ensino superior e a formação profissional.
- ⁵⁴ Os serviços de consultoria reembolsáveis (RAS) não são mais possíveis no Brasil desde 2012. A Lei n.º 8.666 (substituída pela Lei n.º 14.133) sobre Licitações e Contratações Públicas no Brasil inclui expressamente serviços prestados à administração pública, e os Acordos de RAS atualmente se enquadram nesse escopo (ao contrário dos empréstimos do BIRD, que são explicitamente excluídos dessa lei). Já estão em andamento alguns esforços para superar esse gargalo, mas é pouco provável que obtenham sucesso no curto prazo.

⁵⁵ O Fundo Clima é um instrumento central da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É um fundo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que busca garantir recursos para apoiar projetos ou estudos e financiar empreendimentos que visem a mitigar as mudanças climáticas.

⁵⁶ Uma vasta gama de atividades podem ser adicionadas para apoiar a OTCA (em estreita cooperação com o BID), mas as atividades iniciais se concentrarão em identificar desafios e oportunidades para o uso de informações e sistemas de informação aprimorados para deter o desmatamento (complementando o trabalho desenvolvido pelo Observatório Regional Amazônico), melhorar a resposta a emergências e alavancar novas oportunidades econômicas inteligentes em termos de natureza por meio de cooperação regional. Está prevista a publicação de uma nota de avaliação institucional para ajudar a definir o apoio futuro.

⁵⁷ <https://brasilaberto.worldbank.org/>.